



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2020

Os Administradores da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("MGS"; "Empresa") apresentam o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes.

Identificação

Nome completo e sigla	MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
CNPJ	33.224.254/0001-42
Natureza jurídica	Empresa Pública
Endereço	Sede: Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.170-000
Endereço Web	www.mgs.srv.br

PERFIL

A MGS, empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública nos termos dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual nº 11.406/1994, e suas alterações. A MGS teve a sua área de atuação ampliada por força do artigo 184 da Lei Estadual nº 22.257/2016, estando apta a trabalhar para a Administração Pública nas esferas municipal, estadual e federal, em todo o território nacional.

Com todo o seu conhecimento, experiência e capacidade em prestar os mais diversos tipos de serviços, a MGS traz soluções em *facilities* a órgãos e entidades públicas há 67 anos.

O faturamento bruto da Empresa em 2020 foi de R\$1,066 bilhão, praticamente o mesmo patamar de 2019. No final do exercício de 2020, a MGS contou com um quantitativo de 24.272 empregados (24.516 em 2019) para atender seus 61 clientes, entre órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal de Minas Gerais, localizados em mais de 170 municípios mineiros.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi um ano de muitas lições e escrito por três grandes marcos: transformação, superação e evolução. Ao longo de 12 meses, a MGS enfrentou todas as dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19 e conseguiu vencê-las ao adotar uma política austera de gestão, com foco na melhoria e modernização de processos, investimento em tecnologia, segurança e saúde dos empregados, otimização de recursos humanos e financeiros, os quais levaram a Empresa a alcançar um lucro líquido de R\$22,9 milhões, o maior registrado na sua história. Alcançar esse patamar é reflexo de uma gestão financeira focada no controle de gastos que contribuiu para que a Empresa obtivesse resultados consideráveis. Para isso, foram intensificadas as ações de gestão do capital de giro, readequação do ciclo financeiro com acompanhamento sistemático do fluxo de recebimentos, além da gestão do *overhead* com introdução de uma política de austeridade. As ações efetivas voltadas para a saúde e segurança do empregado resultaram na queda de 62% de acidentes típicos, desse total 69% foram de acidentes com afastamentos superiores a 15 dias e 40% de acidentes com material perfurocortante. As medidas de prevenção e contenção da COVID-19 envolveram mais de 7.000 empregados que atuam na linha de frente em unidades de saúde e transporte público, os quais foram orientados sobre os procedimentos de segurança e limpeza e tiveram garantidos o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual ("EPIs"). No que diz respeito à modernização de sistemas, foi implantada a Plataforma de Admissão Online que desburocratiza e agiliza todo o processo de admissão com o uso de documentos digitais. Na busca por uma melhor capacitação dos empregados e na democratização do aprendizado organizacional, foi desenvolvida uma plataforma de ensino à distância: o MGS Educa. Por fim, para otimizar o quadro de pessoal, com segurança jurídica e benefícios mútuos para empregados e para a Empresa, foi introduzido o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado ("PDV") que continua em 2021, a fim de assegurar a reestruturação da Empresa com ambas as partes em acordo. A MGS conseguiu superar uma crise financeira porque o senso de pertencimento e comprometimento manteve o time firme e unido. A Empresa continuará focada nas metas estratégicas a fim de conquistar resultados ainda melhores em 2021.

GOVERNANÇA, RISCOS E CONFORMIDADE

A MGS dispõe de um conjunto de instrumentos de governança, dos quais se destaca o Estatuto Social, as Políticas (de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas, de Gestão de Riscos, de Comunicação, Portavozes e Divulgação de Informações, de Transações com Partes Relacionadas, de Elegibilidade, de Distribuição de Dividendos, de Segurança, Meio Ambiente e Saúde), assim como o Código de Conduta e Integridade, os Regimentos Internos dos Órgãos Estatutários, o Regulamento de Licitações e Contratos e o Canal de Denúncias.

Ao longo de 2020 foi desenvolvida uma série de iniciativas voltadas ao aprimoramento e consolidação de práticas e instrumentos de governança corporativa, tais como a aprovação da Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, a revisão do Estatuto Social, do Código de Conduta e Integridade, assim como a revisão da metodologia e Política de Gestão de Riscos da Empresa. Com as referidas revisões na Gestão de Riscos foi instituído o Comitê de Gestão de Riscos com o objetivo de aprimorar a governança dos riscos da Empresa.

A MGS realizou mapeamento e acompanhamento dos riscos corporativos, em especial dos relacionados à

pandemia da COVID-19 com monitoramento das ações mitigatórias dos efeitos negativos decorrentes, que em muito contribuíram para o alcance dos resultados econômicos e financeiros da Empresa.

Ainda em 2020, a empresa buscando aperfeiçoar e adequar seus processos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) iniciou seu trabalho com a capacitação de seus gestores e empregados sobre os objetivos e importância em adotar medidas para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade do cidadão, além da implementação de medidas preventivas de segurança, administração de riscos e falhas, adoção de boas práticas do mercado e a revisão de políticas e procedimentos de governança de forma a prover um sistema eficaz de monitoramento e controle do tratamento de informações. Nesse sentido, as exigências para a gestão cibernética e governança de dados tem sido uma demanda a ser atingida pela Empresa e será imprescindível no processo de amadurecimento organizacional.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A MGS iniciou, em outubro de 2019, seu planejamento estratégico com foco na melhoria de resultados e reequilíbrio de suas metas de curto e longo prazo, em sinergia com o disposto no artigo 23 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no artigo 34 do Decreto Estadual nº 47.154/2017, de forma a promover a sustentabilidade dos resultados no quinquênio de 2020-2024. Em janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o Planejamento Estratégico 2020-2024 e o Plano de Negócios para 2020. Entretanto, em função da pandemia da COVID-19 e seu agravamento ao longo do ano, bem como dos seus impactos na economia e nas atividades dos clientes, a MGS realizou, em agosto de 2020, revisão da estratégia para realinhamento do plano de negócios e metas para 2020, permanecendo inalteradas as respectivas metas estratégicas de longo prazo.

A MGS, ao final de 2020, passou a fazer parte do HUB ODS MG, lançado pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU em parceria com a rede Desafio 2030, formada por organizações do setor privado, sediadas em Minas Gerais, comprometidas em avançar com as práticas de sustentabilidade. Essa iniciativa busca acelerar, por meio de parcerias regionais, o cumprimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Com foco na transformação digital, a Diretoria de Recursos Humanos busca constantemente automatizar seus processos de Gestão de Pessoas. Alinhada a esta estratégia, desenvolveu em conjunto com a Gerência de Tecnologia da Informação a Plataforma de Treinamento à Distância - MGS Educa, que tem como objetivo treinar 100% do seu quadro de pessoal, acelerar e democratizar o aprendizado organizacional, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela MGS. Destaca-se que os empregados da Empresa estão lotados em mais de 170 municípios mineiros e em cerca de 2.000 endereços que representam um desafio à capacitação do quadro de pessoal.

Outra novidade foi o desenvolvimento e implantação da Plataforma de Admissão Digital proporcionando celeridade ao processo de admissão. A MGS possui um grande volume de contratações. Todo este processo pode ser realizado no aplicativo de forma rápida e online. Salienta-se que a expectativa é que com essa ferramenta os prazos de admissão sejam reduzidos com consequente cobertura tempestiva de vagas em aberto nas frentes de serviços.

SUPERVISÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO

O conceito de SEGURANÇA, no ano de 2020, foi solidificado como um dos principais valores da MGS. O tema ganhou ainda mais relevância devido à pandemia da COVID-19 que impactou profundamente a operação diante dos desafios e mudanças de paradigmas decorrentes do surto do vírus.

No entanto, as adversidades foram superadas e a equipe de supervisão e segurança do trabalho foi peça fundamental na disseminação das diretrizes da Empresa. Foram realizadas forças-tarefas para orientações de prevenção aos empregados, bem como a disponibilização de cartilhas educativas e EPIs. Somado a isso, foram concretizadas, como exemplo, a implantação da Notificação de Incidentes e Riscos Identificados - NIRI que contribuiu para a prevenção de acidentes, aprimorar a percepção de risco e evoluir na maturidade de segurança.

Outra ação importante foi a revisão e elaboração dos laudos técnicos de insalubridade e periculosidade, que teve como principal objetivo propor melhores condições de trabalho e/ou eliminar a existência de passivos trabalhistas devido a exposição a condições insalubres ou perigosas.

Destaca-se também a implantação do procedimento operacional padrão, que definiu as atividades, atribuições e responsabilidades do supervisor para tratativas e direcionamento das demandas operacionais.

Essa prática reforçou o conceito de que acidentes de trabalho são evitáveis e garantiram uma redução de mais de 60% no número de acidentes típicos, em relação ao ano de 2019, 40% nos acidentes com materiais perfurocortantes e 69% nos acidentes com afastamento superior a 15 dias.

2020 foi um ano impactado pelo crescente ajustamento de

ações trabalhistas contra a Empresa, oriundo, em grande parte, de ações judiciais com pedidos de reintegração, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, isonomia e equiparação salarial, bem como questionamentos relativos à extinção do antigo Plano de Cargos, Salários e Carreiras.

Dentre as principais iniciativas adotadas para reduzir o passivo, destaca-se a realização do diagnóstico das causas, acompanhadas das seguintes ações de mitigação: desenvolvimento e implantação do primeiro PDV da MGS, de modo a reduzir a incidência de ações de reintegração e outros pedidos dela decorrentes; realização de força-tarefa para revisão dos laudos ambientais, propondo, a partir destes, a revisão de contratos com clientes no que se refere a condições de insalubridade e periculosidade; modernização da apuração de ponto, com implantação do Ponto Web, eliminando marcações manuais e conferindo mais segurança aos registros de frequência e controle de horas extras; levantamento e revisão das funções, remunerações e cargos de empregados administrativos, visando reduzir em médio e longo prazo os pedidos de isonomia e equiparação salarial.

Instituição do PDV

Em 2020 houve a implantação do PDV, ferramenta para otimização do quadro de pessoal com segurança jurídica e benefícios mútuos para empregados e Empresa. Este movimento está estritamente relacionado à redução das despesas judiciais com reintegração. Ou seja, o PDV caracteriza-se como importante instrumento mitigador do passivo trabalhista, pois reduz o número de desligamentos por prerrogativa da Empresa. No exercício de 2020 foram desligados 369 empregados via PDV.

Novo Plano de Previdência Complementar

A MGS, em parceria com a Fundação Libertas de Seguridade Social, lançou o MGSPrev, um novo plano de previdência complementar para seus empregados, mais moderno, sustentável e com uma margem de contribuição ainda maior. O MGSPrev possui modalidade de Contribuição Definida (CD) e substituiu o plano anterior, o MGS RP-4, cuja modalidade era de Benefício Definido (BD), o qual foi salgado. Aproximadamente 86% dos empregados participantes optaram pela migração e foram recebidas mais de 600 novas inscrições desde o lançamento do novo plano.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS

As organizações ainda sentem os reflexos causados no mercado pela pandemia da COVID-19. A MGS, para romper este cenário complexo, tem como principal desafio a estabilização de suas operações com a adoção de projetos de tecnologia com foco na melhoria da eficiência operacional, tais como monitoramento online do Ponto Web e a Plataforma de Educação à Distância - EAD. Mesmo com tamanhos desafios, a Empresa vê com otimismo o futuro das operações, mas está ciente dos obstáculos que devem ser transpostos para atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2019, a MGS, em 2020, reduziu em aproximadamente 25% do quadro reserva de empregados disponibilizados para substituição a ausência e férias. O ganho de eficiência no quadro destinado à realização de substituições corrobora com as medidas de redução de custos operacionais e melhorias dos processos.

O Portal do Cliente passou por melhorias ao longo de 2020 e os atendimentos por este canal foram realizados dentro do prazo estipulado praticamente em sua totalidade. Novas funcionalidades foram implantadas fomentando a experiência dos clientes e o crescimento de usuários deste canal.

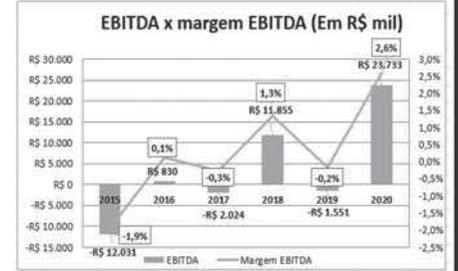
A gestão operacional evoluiu com a profissionalização das equipes, estabelecendo melhorias de processos, criação de indicadores chaves de desempenho e realização de *benchmarking* para alinhamento de boas práticas de mercado. Como fruto deste trabalho cabe destacar a melhoria da gestão de custos e despesas, principalmente diante do cenário desafiador da pandemia, que exigiu respostas rápidas e contingências. No aspecto qualitativo, em 2020 houve implementação de equipamentos e criação de operações modelo (destaque para as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs). Destaca-se ainda a aprovação orçamentária para crescimento dos investimentos, que tornarão o parque de equipamentos mais moderno e tecnológico.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A MGS obteve o seu melhor lucro líquido histórico em 2020. Tal situação envolveu um esforço contínuo de controle dos gastos, monitoramento dos custos, adequação na precificação dos serviços prestados e melhor gestão dos seus ativos. Os principais indicadores monitorados foram Receita Bruta, Margem de Lucro Bruto e EBITDA. A receita bruta ficou 0,36% abaixo da meta para o exercício, revisada em agosto, como consequência, em especial, das reduções ocasionadas pela COVID-19. A Empresa manteve o patamar de faturamento anual, desde 2018, da ordem de R\$1 bilhão. A Margem de Lucro Bruto foi afetada pela redução na taxa de administração dos mais relevantes contratos, em especial, dos contratos com a Prefeitura de Belo Horizonte e do Contrato Corporativo celebrado com o Estado de Minas Gerais.

EBITDA

Apesar das restrições impostas pela pandemia, o desempenho operacional medido pelo indicador EBITDA totalizou R\$23,7 milhões (R\$1,6 milhão negativos em 2019). A margem EBITDA alcançou 2,6% no ano, enquanto que em 2019 foi de -0,2%.



Destaca-se ainda a capacidade de geração operacional de caixa medida pelo EBITDA que elucida a evolução da MGS nos últimos anos. Os resultados financeiros estáveis e o crescente EBITDA é comportamento que confirma essa tendência.



Lucro Líquido

A MGS encerrou o ano de 2020 com lucro líquido recorde de R\$22,9 milhões (R\$501 mil em 2019).

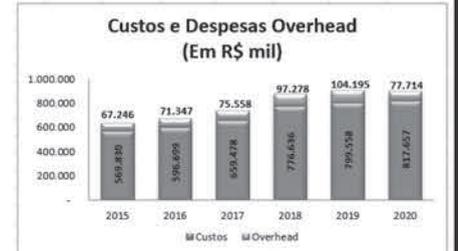


Custos e despesas Overhead

Os custos dos serviços prestados, quando comparado a 2019, tiveram aumento de 2,3%, totalizando R\$817,7 milhões em 2020. Contudo, o elevado volume de rescisões ocorridas em 2019 juntamente com a relevante queda em 2020 nos gastos com benefícios se contrapuseram ao reajuste salarial decorrente das convenções coletivas de trabalho para o exercício de 2020.

Já as despesas (*overhead*) totalizaram R\$77,7 milhões (R\$104,2 milhões em 2019), representando uma redução da ordem de 25%, sendo o total de rescisões responsável por 55,6% desta variação.

Quando comparado ao exercício anterior, o *overhead* da MGS, que engloba despesas com pessoal, gerais e administrativas, tributárias, judiciais e outras receitas e despesas operacionais, sofreu relevante redução nas despesas com pessoal (R\$20 milhões) em função da administração do quadro de empregados que gerou um elevado número de rescisões em 2019, bem como pelas ações tempestivamente adotadas devido à pandemia. Também decorrentes das ações para contenção dos gastos houve uma redução de 25%, quando comparada ao exercício anterior, nas despesas gerais e administrativas, com a negociação dos principais contratos com os fornecedores. Em contrapartida, foi impactado pelo crescente número de ações judiciais que a Empresa recebeu ao longo do exercício, reflexo das demissões ocorridas, principalmente em 2019.



Destinação do Resultado

Considerando os fatos ocorridos em 2020 e as expectativas para 2021, a proposta da Administração resultou na seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2020 no valor de R\$22.885 mil:

- R\$1.144 mil para constituição da Reserva Legal (5%);
- R\$5.435 mil para distribuição de dividendos (25%); e
- R\$16.306 mil para constituição da Reserva de Lucros para Contingências (saldo remanescente).

Tendo em vista a necessidade de constituição de uma reserva para fazer face às rescisões faturadas e não realizadas, os Administradores da Empresa decidiram pela destinação de parcela do lucro não distribuído para a conta de Reserva de Lucros para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei Federal nº 6.404/1976, com objetivo de viabilizar a autossuficiência financeira, garantindo os recursos financeiros indispensáveis para o alcance das metas definidas no Planejamento Estratégico, bem como para a geração de lucro operacional suficiente para custear as operações da Empresa no longo prazo.

A ADMINISTRAÇÃO.



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em Reais - Com centavos omitidos)							
ATIVO	Notas	31/12/2020		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2019	
		31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.242.003	44.770.242	PASSIVO CIRCULANTE			
Bloqueios judiciais	5	6.625.404	6.143.256	Fornecedores		108.346	474.991
Contas a receber de clientes	6	90.157.594	72.830.064	Saldos e ordenados a pagar		32.804.341	30.330.906
Adiantamentos a empregados	7	4.668.898	3.369.579	Obrigações sociais a recolher	17	13.253.664	10.260.923
Estoque	8	2.017.930	3.625.464	Obrigações tributárias	18	27.297.324	24.346.678
Tributos a recuperar	9	13.022.645	19.525.328	Férias e encargos sociais a pagar	19	5.435.201	-
Despesas pagas antecipadamente	10	2.091.959	2.451.733	Outros passivos circulantes	20	4.321.687	2.807.525
Outros ativos circulantes	11	373.630	483.180			149.751.802	130.358.189
		233.200.063	153.198.846				
ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Depósitos judiciais	12	43.396.161	35.405.066	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos de longo prazo	13	5.840.568	-	Contingências trabalhistas	21	30.193.602	32.233.036
IMPOSTOS	14	1.201.604	1.201.604	Contingências cíveis	21	45.691	40.532
IMOBILIZADO	15	3.521.996	3.047.308			30.239.293	32.273.568
INTANGÍVEL	16	2.645.963	2.144.336	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		56.606.292	41.798.314	Capital social	22a	91.717.115	31.240.984
TOTAL DO ATIVO		289.806.355	194.997.160	Aumento de capital	22a	-	476.131
				Reservas de lucros	22b	18.098.145	648.288
						109.815.260	32.365.403
				TOTAL DO PASSIVO		289.806.355	194.997.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em Reais - Com centavos omitidos)						
Notas	Capital social	Aumento de Capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido total
			Reserva legal	Reserva para Contingências		
Saldos em 31 de dezembro de 2018						
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(10.872.185)
Lucro do exercício	-	-	-	-	501.190	501.190
Reservas de lucros	-	-	25.059	-	(25.059)	-
Aumento de capital	-	476.131	-	-	(476.131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	31.240.984	476.131	648.288	-	-	32.365.403
Aumento de capital	476.131	(476.131)	-	-	-	-
Capital social subscrito	60.000.000	-	-	-	-	60.000.000
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	22.885.058	22.885.058
Reserva legal	-	-	1.144.253	-	(1.144.253)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(5.435.201)	(5.435.201)
Reserva para contingências	-	-	-	-	16.305.604	(16.305.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	91.717.115	-	1.792.541	-	-	109.815.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais - Com centavos omitidos)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("MGS"; "Empresa"), sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa pública com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais e vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Tem como objeto social a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais, aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em especial nas seguintes áreas: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamentos rotativos; III. administração de condomínios; IV. recuperação, manutenção e conservação de móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. conserto e manutenção de veículos; VI. execução de serviços gráficos; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos; VIII. transporte de valores, cargas e passageiros; IX. fornecimento, revenda e administração de vale-transporte, vale alimentação e outros tipos similares de vales; X. administração e representação de ações trabalhistas.

2) BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), seus pronunciamentos, interpretações técnicas e orientações aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa, com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma. Em 19 de fevereiro de 2021, a Diretoria Executiva da Empresa autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são continuamente revisadas, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Empresa nos itens aplicáveis.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, contingências trabalhistas e cíveis, entre outras.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos na Declaração de Conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da MGS que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação adotados para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.

b) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados anualmente pelo regime de tributação com base no lucro real, com o recolhimento mensal dos tributos por estimativa, utilizando como base os balancetes mensais de suspensão ou redução apurados contabilmente e ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos e entidades públicas, não recebidas dentro do exercício.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	24.846	18.904
Bancos conta movimento	288.168	32.186
Aplicações financeiras	113.928.989	44.719.152
Totais	114.242.003	44.770.242

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de

6) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e registrados no ativo circulante pelo valor líquido realizável.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldos a Vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos há mais de 30 dias	Valor Líquido
Contas a Receber	62.826.218	27.331.376	6.486.996	96.644.590
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	-	-	(6.486.996)	(6.486.996)
Totais	62.826.218	27.331.376	-	90.157.594

As Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas, e são regularmente avaliadas com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quanto aos recebimentos. São calculadas baseadas na análise individual de cada título vencido há mais de 1 (um) ano e por cliente, após adotadas as providências devidas para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

A movimentação das PECLD nos exercícios de 2020 e 2019 é como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	6.581.160	8.495.186
Constituições	1.162.317	1.101.782
Baixas	(1.256.481)	(3.015.808)
Totais	6.486.996	6.581.160

Importante destacar que foram constituídas PECLD para faturas cuja soma foi de R\$1.162.317. A média anual de constituição dos últimos quatro anos foi de R\$ 2.818.960. Além disso, foi baixado o total de R\$ 1.256.481 de faturas com PECLD constituídas em exercícios anteriores, dos quais 92,63% (R\$ 1.163.890) referem-se a recebimentos com consecutiva reversão das PECLD constituídas em exercícios anteriores.

7) ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Os adiantamentos a empregados são representados basicamente por antecipação de férias a empregados e adiantamento de diárias de viagens.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação de férias	4.470.767	3.234.299
Adiantamentos para viagens	163.469	119.734
Outros adiantamentos	34.662	15.546
Totais	4.668.898	3.369.579

Verificou-se significativo aumento nos adiantamentos a empregados em 2020 quando comparado com 2019, com variação percentual positiva de 38,6% decorrente, em especial, das férias coletivas dos empregados lotados nos contratos com a Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação (SMED). As férias coletivas de janeiro de 2021 foram adiantadas em dezembro de 2020, compondo grande parte do valor de antecipação de férias daquele período. Já as férias coletivas de janeiro de 2020, foram quitadas no início de janeiro de 2020, não compondo os adiantamentos em dezembro de 2019.

8) ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por vestuários, equipamentos de proteção individual, materiais de limpeza e outros materiais utilizados na prestação dos serviços. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Vestuário	1.110.153	2.218.187
Material de escritório	39.804	54.790
Equipamentos de proteção individual	540.119	758.653
Material de informática	14.903	17.407
Ferramentas, ferrag., jardim e utensílios	12.951	4.919
Material elétrico	52.813	41.436
Material para manut. reparos de imóveis	12.296	8.136
Mat. limpeza, químicos e higiene pessoal	210.856	493.920
Outros	24.035	28.016
Totais	2.017.930	3.625.464

9) TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão representados por retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como apresentado no quadro a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais - Com centavos omitidos, exceto lucro por ação)				
Notas	31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA				
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
	24	(817.657.347)	(799.557.714)	
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		100.033.421	100.030.673	
Despesas com pessoal	25	(50.850.749)	(71.005.967)	
Despesas gerais e administrativas		(11.575.483)	(15.541.917)	
Despesas tributárias		(177.783)	(344.290)	
Despesas judiciais	26	(27.804.176)	(24.540.214)	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	12.693.913	7.237.395	
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		22.319.143	(4.164.320)	
Despesas financeiras		(113.679)	(281.993)	
Receitas financeiras		6.503.857	6.813.439	
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.709.321	2.367.126	
Contribuição social		(1.568.828)	(508.531)	
Imposto de renda		(4.255.435)	(1.357.404)	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22.885.058	501.191	
Lucro (prejuízo) por ação do capital social		2,29	0,05	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

caixa, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O crescimento nas disponibilidades indica o início efetivo de formação das reservas financeiras com objetivo de viabilizar a autossuficiência financeira da MGS no médio e longo prazos.

5) BLOQUEIOS JUDICIAIS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas e tributárias. Os valores estão bloqueados nos bancos, conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Banco Itaú	5.833.779	5.552.333
Banco do Brasil	545.615	411.571
Caixa Econômica Federal	208.546	-
Bradesco	31.229	179.352
Guide Investimentos	6.235	-
Totais	6.625.404	6.143.256

Verifica-se variação percentual positiva de 7,8% nos saldos dos bloqueios judiciais entre os anos de 2019 e 2020 em consequência das constantes ações trabalhistas.

10) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreendem antecipações pela aquisição de créditos de vale-transporte, além de prêmios e seguros a apropriar, registrados pelo custo de aquisição.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios e seguros a apropriar	-	1.334
Vale-transporte	2.091.959	2.450.399
Totais	2.091.959	2.451.733

11) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos a receber	101.191	200.800
Juros s/ capital próprio a receber	93.585	-
Garantias contratuais	97.247	219.679
Adiantamento a fornecedores	14.332	-
Outros	67.275	62.701
Totais	373.630	483.180

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

12) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Neste grupo estão registrados os depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos recursais	38.403.621	31.182.198
Depósitos trabalhistas	4.992.540	4.222.868
Totais	43.396.161	35.405.066

Depósitos recursais - Valores depositados pela Empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas.

Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela Empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados.

Os valores depositados são corrigidos pelos mesmos índices da poupança.

Os depósitos recursais e trabalhistas aumentaram R\$ 7.991.095 ou 22,6% em 2020, quando comparado a 2019. Essa relevante variação é justificada basicamente pelo aumento de reclamações trabalhistas em 2020, por consequência, em especial, das rescisões realizadas em 2019 de empregados que foram devolvidos das frentes de serviços de clientes vinculados ao Estado de Minas Gerais para os quais a MGS não conseguiu a realocação.

15) IMOBILIZADO

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Imobilizado	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo
Aparelhos telefônicos	519	(433)	86	519
Computadores e periféricos	6.069.690	(4.903.775)	1.165.915	4.985.171
Edificações	47.499	(44.716)	2.783	47.499
Ferramentas	36.729	(32.509)	4.220	36.728



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais - Com centavos omitidos)

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2019					Saldo em 31/12/2020
	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		
Aparelhos telefônicos	132	-	(46)	-	-	86
Computadores e periféricos	170.673	1.086.632	(2.113)	(89.277)	-	1.165.915
Edificações	3.092	-	-	(309)	-	2.783
Ferramentas	6.324	-	-	(2.104)	-	4.220
Instalações	362.253	-	-	(29.556)	-	332.697
Máquinas e equipamentos	1.286.791	16.464	(6.914)	(204.958)	-	1.091.383
Móveis e utensílios	975.373	36.847	(1.839)	(328.139)	-	682.242
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670
Totais	3.047.308	1.139.943	(10.866)	(654.389)	-	3.521.996

Descrição	Saldo em 31/12/2018					Saldo em 31/12/2019
	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		
Aparelhos telefônicos	2.109	-	(18.700)	16.723	-	132
Computadores e periféricos	327.796	13.265	(149.295)	(21.184)	91	170.673
Edificações	3.402	-	-	(310)	-	3.092
Ferramentas	8.608	-	(587)	(1.727)	30	6.324
Instalações	398.059	-	-	(35.806)	-	362.253
Máquinas e equipamentos	1.297.324	242.223	(111.288)	(141.347)	(121)	1.286.791
Móveis e utensílios	1.067.820	251.883	(88.283)	(256.055)	-	975.373
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670
Totais	3.347.796	507.371	(368.153)	(439.706)	-	3.047.308

16) INTANGÍVEL

Está representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI).

Intangível	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada
Software - Direito de uso	4.595.534	(1.949.571)	2.645.963	3.662.904
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.203.600	(2.203.600)	-	(2.203.600)
Totais	6.799.134	(4.153.171)	2.645.963	5.866.504

Os ativos intangíveis da Empresa são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04.

Em 2020 não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

A principal aquisição ocorrida em novembro de 2020 refere-se a uma infraestrutura de TI, denominada hiperconvergência, composta por equipamentos e softwares, que consiste basicamente em servidores compactos com alta capacidade de processamento, memória e armazenamento em um só equipamento, com uma

gerência centralizada dos recursos (processamento, memória e armazenamento). Tal solução, além de ser mais econômica, reduz a suscetibilidade a falhas, possibilita a otimização dos recursos, aumentando a capacidade computacional e a segurança dos dados e sistemas, proporcionando ganhos com automação. Tem como benefício também a escalabilidade para crescimento e integração com novas tecnologias, uma vez que possibilita a implantação de novas soluções de virtualização e serviços em nuvem. A composição desta solução está classificada conforme segue:

Solução Hiperconvergência	
Imobilizado	835.826
Intangível	933.793
Total	1.769.619

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2019					Saldo em 31/12/2020
	Adições	Baixas	Amortização	Transferências		
Software Direito de uso	2.044.168	1.096.108	(163.478)	(330.835)	-	2.645.963
Software Direito de uso - Vida útil definida	100.168	-	-	(100.168)	-	-
Totais	2.144.336	1.096.108	(163.478)	(431.003)	-	2.645.963

Descrição	Saldo em 31/12/2018					Saldo em 31/12/2019
	Adições	Baixas	Amortização	Transferências		
Software Direito de uso	1.516.740	854.861	(67.177)	(260.256)	-	2.044.168
Software Direito de uso - V. útil definida	1.302.129	-	(2.091.008)	889.047	-	100.168
Totais	2.818.869	854.861	(2.158.185)	628.791	-	2.144.336

17) OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

O saldo deste grupo é composto, em sua maior parte, pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis no exercício subsequente, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
INSS	7.919.593	5.426.577	-	-
FGTS	5.214.153	4.710.624	-	-
Contribuição sindical	119.918	123.722	-	-
Totais	13.253.664	10.260.923	-	-

A variação nas obrigações sociais é ocasionada, principalmente, pelo volume de faturas emitidas no mês de dezembro de 2020 ser menor em comparação com dezembro de 2019, dado que a compensação de INSS retido nas faturas é realizada por emissão, e por conseguinte o saldo deste tributo a recolher é maior em 2020. Além disso, destaca-se o crescimento vegetativo dos salários com as Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) que, em 2020, foram de cerca de 4,5%.

18) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF), vencíveis no exercício subsequente, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações está incluído o montante referente aos tributos diferidos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos.

O PIS e COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa.

Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme regime especial nº 045.506-A (processo nº 01.058613.13.50), concedido a partir de 1º de agosto de 2013, pela Prefeitura de Belo Horizonte. Sendo assim, o recolhimento do ISSQN, quando este for devido no município de Belo Horizonte, fica a cargo da MGS.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
PIS	2.024.008	2.021.120	-	-
COFINS	9.328.489	9.315.738	-	-
ISSQN	3.339.049	3.529.801	-	-
IRRF	1.464.129	1.056.899	-	-
CSRF - contrib. sociais retidas na fonte	10.952	11.963	-	-
Contribuição social	670.432	-	-	-
PIS diferido	1.865.886	1.500.369	-	-
COFINS diferido	8.594.379	6.910.788	-	-
Totais	27.297.324	24.346.678	-	-

19) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Em 2020, foi proposta distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios após deduções legais, no total de R\$ 5.435.201. Em 2020 não foram pagos dividendos referentes a exercícios anteriores.

No exercício de 2019 do total de dividendos a pagar, provenientes do resultado positivo do exercício de 2018, R\$ 10.763.463 foram pagos ao Acionista Majoritário (Estado de Minas Gerais), e o restante, compreendendo R\$ 108.722, foi quitado mediante utilização dos créditos a receber do Acionista Minoritário Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de MG - PRODEMGE.

20) OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Representados por obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos e outras contas a pagar (exceto fornecedores de materiais do estoque), relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc..

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
Obrigações com desc. folha pagamento	937.023	940.087	-	-
Aluguéis e condomínios	248.120	263.667	-	-
Serviços de terceiros	405.097	429.870	-	-
Aluguel e manutenção de máquinas e equip.	36.114	50.242	-	-
Manutenção de veículos a pagar	144.876	160.255	-	-
Aquisições do imobilizado	835.826	-	-	-
Aquisições do intangível	933.793	-	-	-
Seguros	169.884	362.737	-	-
Obrigações com clientes	123.233	152.059	-	-
Serviços de informática	389.389	286.925	-	-
Outros	98.332	161.683	-	-
Totais	4.321.687	2.807.525	-	-

21) CONTINGÊNCIAS

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
Trabalhistas	30.193.602	32.233.036	-	-
Cíveis	45.691	40.532	-	-
Totais	30.239.293	32.273.568	-	-

A Empresa é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento destes processos e, com base na opinião de seus consultores jurídicos, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Dentre as ações trabalhistas, a Empresa possui uma ação coletiva ajuizada pelo SINDEAC - Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Serviços em Asseio, Conservação, Higienização, Desinsetização, Portaria e Cabineiros de Belo Horizonte, autos nº 0011641-41.2017.503.0014, que pleiteia pagamento de verba assistencial para todos os empregados da base do sindicato, prevista nas CCTs de 2012 a 2017, denominada Programa de Assistência Familiar (PAF), cujo valor estimado é de R\$ 48,58 por empregado mensais. A ação foi julgada procedente em primeira instância, mas revertida parcialmente pela MGS em segunda instância para declarar que a verba é devida apenas aos empregados sindicalizados, com recurso de revista da MGS, recebido e pendente de análise pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Adicionalmente, há três ações coletivas ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Juiz de Fora/MG - SINTEAC/JF (autos nº 11208-02.2016.5.03.0037), pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Pouso Alegre e Região - SINETH (autos nº 10701-90.2016.5.03.0053) e pelo Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Cataguases e Região - MG - SINTHAC (autos nº 12011-37.2016.5.03.0052), requerendo o pagamento e incorporação do adicional de periculosidade para profissionais de portaria e vigilância desarmada, dano moral coletivo e honorários advocatícios.

Em 31/12/2020, os processos encontravam-se em fase de conhecimento, com recursos da MGS, recebidos e pendentes de análise pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os valores em discussão remontam o montante de R\$ 7.463.113 e foram classificados com probabilidade de perda possível pelo escritório terceirizado que acompanha as ações, razão pela qual não foram provisionados.

A empresa possui ainda 16 processos trabalhistas de reintegração de ex-empregados que ocupavam cargos gerenciais ou estratégicos, os quais as motivações de rescisões envolvem situação peculiar em relação aos demais processos de reintegração que discutem a possibilidade de reaproveitamento de empregados em frentes de serviços. Estes processos aguardam posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria, em especial o julgamento do recurso RE 688267, com Repercussão Geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Tais processos remontam uma discussão de R\$ 24.240.027, sendo classificados como de perda possível, razão pela qual não foram provisionados.

No tocante ao contencioso tributário, destacam-se os seguintes processos administrativos:

ISS incidente sobre vale alimentação

Em julho de 2016, a MGS apresentou à Prefeitura de Belo Horizonte reclamação contra o lançamento tributário lavrado no processo 01.048278.16.34, por discordar da inclusão na base cálculo do ISS do valor referente ao vale alimentação fornecido aos seus empregados, reembolsado pelos tomadores de serviço relativo ao período de junho de 2011 a fevereiro de 2016. Naquela ocasião o auto de infração 0.041-379-A registrou um débito no valor de R\$ 9.859.745, incluída correção monetária, multa de 70% sobre o valor do imposto e juros de mora. O valor corrigido na data base de 31/12/2020 corresponde a R\$ 15.026.144. Aguardando formalização do acórdão que julgou parcialmente provido o Recurso Especial interposto pela MGS.

Em 2020, a MGS apresentou à Prefeitura de Belo Horizonte reclamação contra o lançamento tributário, lavrado a partir do termo inicial de ação fiscal nº 39500A, relacionado ao mesmo tema de incidência de ISS sobre a parcela de vale alimentação, relativo ao período de março de 2016 a março de 2020. O auto de infração AI nº 010356632099 registrou um débito no valor de R\$ 2.133.246, incluída correção monetária, multa de 70% sobre o valor do imposto e juros de mora. O valor corrigido na data base de 31/12/2020 corresponde a R\$ 2.189.641.

Para ambos, o escritório de advocacia, contratado para acompanhar o processo, apresentou o prognóstico de perda possível diante da inexistência de precedente específico sobre caso idêntico ou similar. Sendo assim, não foi constituída provisão para contingência.

A Empresa possui ainda 14 processos tributários que discutem o não recolhimento do ISS aos municípios do interior do Estado por retenção devida pelos clientes, que remontam à discussão de R\$ 564.448. Considerando que a MGS sustenta o correto recolhimento, as ações foram classificadas como perda possível e não foram provisionadas.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
Capital social (a)	91.717.115	31.240.984	-	-
Aumento de capital (a)	-	476.131	-	-
Reserva de lucros (b)	18.098.145	648.288	-	-
Totais	109.815.260	32.365.403	-	-

a) Capital social

O Capital Social de R\$ 91.717.115 em 31/12/2020 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como Acionistas o Estado de Minas Gerais, com 99,65% das ações e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, com 0,35% restantes das ações.

A Assembleia de Acionistas, realizada em 30/04/2020, deliberou pela incorporação integral no Capital Social o montante de R\$ 476.131, proposto em 31/12/2019, proveniente do lucro líquido do exercício de 2019. Na mesma Assembleia houve ainda um aumento de Capital Social da Companhia no montante de R\$ 60.000.000, mediante o aporte financeiro pelo Acionista Majoritário (Estado de Minas Gerais), sem a emissão de novas ações.

b) Reserva de lucros

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
Reserva legal	1.792.541	648.288	-	-
Reserva para contingências	16.305.604	-	-	-
Totais	18.098.145	648.288	-	-

• Reserva legal

Em 31/12/2020, as reservas de lucros estão compostas por reserva legal no montante de R\$ 1.792.541, constituída à alíquota de 5% do lucro líquido.

• Reserva para contingências

Em 31/12/2020, a Administração propôs a constituição da reserva para contingência no valor de R\$ 16.305.604, mediante capitalização do lucro do exercício *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30/04/2021, para fazer face a compensações futuras decorrentes de demissões e com a finalidade de evitar uma situação de desequilíbrio financeiro ocasionada pelo descausamento entre o faturamento e a ocorrência dos eventos de rescisão.

23) RECEITA LÍQUIDA

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
Receita bruta na venda de serviços	1.066.333.106	1.042.634.132	-	-
Impostos e contribuições incidentes s/ as vendas	(145.368.315)	(142.090.538)	-	-
Descontos, devoluções e cancelamentos	(3.274.023)	(955.207)	-	-
Receita líquida	917.690.768	899.588.387	-	-

As receitas são reconhecidas obedecendo ao princípio da competência de prestação dos serviços, quando ou na proporção em que são satisfeitas as obrigações de desempenho da MGS ao transferir o serviço contratado pelos clientes.

A Empresa integra o grupo sujeito ao acompanhamento diferenciado dos maiores contribuintes pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e se enquadra como empresa de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei nº 11.638/2007, por apresentar receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000.

28. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Empresa são como segue:

Partes Relacionadas (a)	Ativo (31/12/2020)				Passivo (31/12/2020)				Resultado (2020)	
	Contas a Receber (b)	PECLD (c)	Dividendos/JSCP (d)	Outros Créditos (e)	Fornecedores (f)	Dividendos a pagar (g)	Receitas de Serviços (h)	Despesas Gerais e Adm. (i)	Outras Receitas/Despesas (j)	
Vinculados ao Estado de MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinculados ao Poder Executivo Estadual ¹	59.470.323	(6.414.081)	-	-	15.946	5.416.178	579.817.468	(127.834)	-	-
Outros clientes vinculados ao Estado de MG ²	313.227	(29)	194.776	5.840.568	132.151	19.023	32.400.361	(1.475.723)	5.957.104	
Total transações entre Partes Relacionadas em 2020	59.783.550	(6.414.110)	194.776	5.840.568	148.097	5.435.201	612.217.829	(1.603.557)	5.957.104	

Partes Relacionadas (a)	Ativo (31/12/2019)				Passivo (31/12/2019)			
-------------------------	--------------------	--	--	--	----------------------	--	--	--



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais - Com centavos omitidos)

a) Refere-se às Pessoas Jurídicas (clientes e fornecedores) caracterizadas como Partes Relacionadas da MGS. O conceito de Partes Relacionadas está definido no item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1);

b) Refere-se aos saldos existentes na conta de clientes relativos aos serviços prestados, ainda pendentes de recebimento. Destaca-se que os saldos de contas a receber de clientes não sofrem atualizações por índices econômicos em função do tempo;

c) Refere-se aos saldos existentes na conta de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), relativos às perdas reconhecidas para faturas em aberto com mais de 360 dias de vencimento;

d) Refere-se aos saldos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a receber dos investimentos existentes na MGS;

e) Refere-se aos saldos de Outros Créditos eventualmente mantidos com as Partes Relacionadas;

f) Refere-se aos saldos existentes com Fornecedores relacionados

a) produtos ou serviços adquiridos em que a pessoa jurídica, na condição de fornecedor da MGS, se caracteriza como Parte Relacionada;

g) Refere-se aos saldos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar aos Acionistas da MGS;

h) Refere-se ao montante dos serviços prestados às Partes Relacionadas no exercício;

i) Refere-se ao montante de Despesas Gerais e Administrativas incorridas no exercício para com as Partes Relacionadas;

j) Refere-se a outras receitas e despesas existentes com as Partes Relacionadas.

29) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os gastos totais com os membros dos órgãos estatutários da Empresa, compostos pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, encontram-se

dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 são demonstrados na tabela abaixo:

Descrição	2020	2019
Remuneração, encargos e benefícios	2.857.768	2.021.551

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valéria Pires Amoroso Lima	- Presidente
João Aparecido de Lima	- Vice-Presidente
Marcelo Magalhães Rosa Isoni	- Conselheiro
Felipe Magno Parreiras de Sousa	- Conselheiro
Gustavo de Paiva Azevedo Silva	- Conselheiro
Gustavo Eugênio Maciel Rocha	- Conselheiro
Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz	- Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Magalhães Rosa Isoni	- Diretor-Presidente
Paulo Henrique Fonseca de Melo	- Diretor Administrativo e Financeiro
Helter Verçosa Morato	- Diretor Jurídico e de Governança
Lucianna Feres Bichara Peixoto Gomes	- Diretora de Recursos Humanos
Michel Lopes França	- Diretor de Operações e Serviços
Walter Pereira de Castro	- Contador CRCMG 065070/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos atenção para a nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com suas partes relacionadas em montantes

significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; bem como com a Destinação do Resultado de 2020; e (ii) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório emitido pela Mattoso & Mendes Auditores Independentes em 17/03/2021, relativamente às Demonstrações Financeiras da Empresa referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.
Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2021.

MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes - CRCMG Nº 002.684/O

José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG nº 19.932/O-9

Lucianna Feres Bichara Peixoto Gomes
Diretora de Recursos Humanos
Michel Lopes França Chaves
Diretor de Operações e Serviços

Fabrizio Vieira Sucupira
Conselheiro
Leônidas José de Oliveira
Conselheiro
Kénnya Kreppel Dias Duarte
Conselheira e Presidente do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELOS DIRETORES

Os membros da Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Empresa"), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que reviram, discutiram e concordam com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, e as respectivas Notas Explicativas)

da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; bem como com a Destinação do Resultado de 2020; e (ii) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório emitido pela Mattoso & Mendes Auditores Independentes em 17/03/2021, relativamente às Demonstrações Financeiras da Empresa referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.
Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

Marcelo Magalhães Rosa Isoni
Diretor-Presidente

Paulo Henrique Fonseca de Melo
Diretor Administrativo e Financeiro

Helter Verçosa Morato
Diretor Jurídico e de Governança

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 -

O Conselho Fiscal da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, e as respectivas Notas Explicativas) da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (ii) a

Destinação do Resultado de 2020; e tomando como base o Ofício CCGE nº 14/2021, de 11/02/2021, o Relatório de Auditoria Interna nº 5380.1.21.03.003.21, de 15/03/2021, o Relatório emitido pela Mattoso & Mendes Auditores Independentes em 17/03/2021, e a Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pela Diretoria Executiva da Companhia, de 18/03/2021; e considerando as informações e esclarecimentos recebidos, é de opinião que os citados documentos se encontram em

condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia, a realizar-se em abril do corrente ano.
Belo Horizonte, 25 de março de 2021.

Ana Maria Soares Valentini
Conselheira
Beatriz de Oliveira Goês
Conselheira

ANUNCIE
NOS PRINCIPAIS
JORNAIS
DE MINAS GERAIS.



+ 20
MILHÕES
DE PESSOAS IMPACTADAS*

Ligue: (31) 2101-3500
ou envie e-mail para: comercial@otempo.com.br

Segunda a sexta-feira,
de 9 às 19h.

SEMPRE
EDITORA

O TEMPO

Super

O TEMPO
Betim

portal
O TEMPO

*Fonte: Kantar Ibope e IVC - número obtido através do cálculo: no de leitores (Ibope) / na de exemplares (IVC) = média de leitores por exemplar x circulação total de impresso + digital (IVC) = quantidade de leitores em Minas. Instagram - Março/20 | Facebook - Março/20 | Twitter - Março/20 | Google Analytics - Março/20 - O Jornal O Tempo Betim não é pesquisado pelo Ibope, considerando então 1 leitor por exemplar | Instagram - Março/20 | Facebook - Março/20 | Twitter - Março/20 | Google Analytics - Março/20.



Hospital e Maternidade Santa Mônica S/A

CNPJ 23.772.726/0001-48



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras do Hospital e Maternidade Santa Mônica S/A relativas aos exercícios de 2020 e 2019 de acordo com a Legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Expresso em Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	31 de dezembro de		Passivo	Nota	31 de dezembro de	
		2020	2019			2020	2019
Ativo circulante		6.146.320,57	17.874.023,15	Passivo circulante		15.994.382,14	11.056.645,29
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.806.397,83	1.486.507,93	Fornecedores		2.760.819,34	3.905.574,72
Contas a receber de clientes	4	-	6.978.007,82	Salários a pagar		2.309.044,46	2.171.752,85
Estoques	5	1.674.884,30	1.568.612,31	Tributos a recolher	10	1.158.693,63	1.317.016,55
Adiantamentos	6	-	7.037.023,20	Empréstimos e financiamentos	11	2.523.022,72	2.596.540,87
Créditos tributários e previdenciários		85,61	172.519,34	Parcelamento impostos		-	9.889,38
Outros ativos	7	2.664.952,83	631.352,55	Provisões de imposto de renda e contribuição social		653.869,61	658.554,36
Ativo não circulante		69.544.189,27	56.932.655,14	Outros débitos	12	6.588.932,38	397.316,56
Realizável a longo prazo		58.740,08	-	Passivo não circulante		18.568.019,67	18.239.538,57
Depósitos judiciais		58.740,08	-	Empréstimos e financiamentos	11	17.661.159,07	17.933.179,37
Investimentos	8	12.866.775,83	15.623.141,64	Tributos a recolher	10	192.895,22	-
Imobilizado	9	56.617.698,35	41.118.298,55	Parcelamento impostos		-	306.359,20
Direito de uso		-	191.214,95	Provisões para ações judiciais		713.965,38	-
Intangível		975,01	-	Patrimônio líquido		41.128.108,02	45.510.494,43
				Capital social	13	14.140.605,00	5.257.575,00
				Valores em tesouraria		-	(56.970,00)
				Reservas de lucros		26.987.503,02	40.309.889,43
Total do ativo		75.690.509,84	74.806.678,29	Total do passivo e patrimônio líquido		75.690.509,84	74.806.678,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	Nota	31 de dezembro de	
		2020	2019
Receita líquida de serviços prestados	14	57.059.987,13	55.787.234,05
Custos serviços prestados	15	(56.490.488,04)	(51.645.454,39)
Lucro bruto		569.499,09	4.141.779,66
Despesas administrativas		(132.136,08)	(48.494,93)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(242.931,60)	2.320.390,58
Resultado de equivalências patrimoniais		3.803.321,73	3.237.085,84
Outras receitas, líquidas		84.978,63	142.517,62
Resultado operacional		4.082.731,77	9.793.278,77
Resultado financeiro líquido		(193.988,35)	461.727,41
Receitas financeiras	16	318.996,09	519.557,01
Despesas financeiras	16	(512.984,44)	(57.829,60)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		3.888.743,42	10.255.006,18
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.859.977,95)	(1.977.641,66)
Lucro líquido do exercício		2.028.765,47	8.277.364,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Notas	31 de dezembro de	
		2020	2019
Lucro líquido do exercício		2.028.765,47	8.277.364,52
Depreciações e amortizações	7	877.968	885.080
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido		1.859.978	-
Atualização monetária contingência e depósitos judiciais		30.353	-
Juros arrendamento mercantil		(345.538)	-
Baixa direito de uso/arrendamento mercantil		191.215	-
(Aumento) reduções dos ativos operacionais		1.801.695	(281.896)
Contas a receber de clientes		(360.247)	(587.998)
Estoques		49.843	270.255
Depósitos judiciais e fiscais		(58.740)	-
Outros ativos		8.038.988	(1.741.433)
Aumento (reduções) dos passivos operacionais		(1.144.755)	7.943
Fornecedores		137.292	-
Salários a pagar		(1.830.090)	(113.184)
Tributos e encargos sociais a recolher		(4.215)	-
Provisões para ações judiciais		4.039.966	410.456
Outros passivos		-	-
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		15.312.475	7.126.588
Resultado de equivalência patrimonial		(3.803.322)	(1.048.586)
Aquisição de imobilizado	9	(21.032.430)	(18.712.792)
Aquisição de intangível		(187.928)	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(25.023.679)	(19.761.378)
Integralização de capital		8.940.000	-
Captação empréstimos e financiamentos		3.640.133	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(2.549.039)	13.881.512
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento		10.031.094	13.560.721
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		319.890	925.932
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.486.508	560.577
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		1.806.398	1.486.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **I) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes:** A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **J) Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para todas as operações de arrendamento, exceto para: • arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório); e • arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento. A Companhia, com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por essa norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma. Anualmente ou quando há mudanças significativas, a Companhia e suas controladas remensuram a taxa de desconto à cada carteira de arrendamento para os novos contratos ou que apresentarem alterações em suas características iniciais. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa inicial incrementada pelo risco foi de 4,48% a.a. aplicada de acordo com o prazo de vencimento dos contratos. **k) Reconhecimento de receitas operacionais:** As receitas com serviços prestados às operadoras de planos de saúde e pacientes particulares são reconhecidas pelo regime de competência. **l) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de	2020	2019
Caixa e bancos	1.806.398,83	1.020.485,50	
Aplicações de liquidez imediata	1,00	466.022,43	
	1.806.397,83	1.486.507,93	

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31 de dezembro de	2020	2019
Contas a receber não relacionado com plano de saúde	2.801.781	11.186.493	
Créditos a identificar	-	(3.982.643)	
Provisão de glosa sobre crédito	(142.740)	-	
Provisão de recuperabilidade sobre créditos	(2.659.040)	(225.842)	
	-	6.978.007	

continua →

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

Saldo em 31 de dezembro 2018	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Lucro líquido do exercício		5.257.575,00	(56.970,00)	474.734,78	-	432.015,00	31.446.566,23	37.553.921,01
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	39.403.139,65	(39.403.139,65)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(320.791,10)	(320.791,10)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		5.257.575,00	(56.970,00)	474.734,78	-	39.835.154,65	-	45.510.494,43
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.028.765,47	2.028.765,47
Aumento de capital		8.883.030,00	56.970,00	-	-	-	-	8.940.000,00
Valor Justo - Combinação de negócio	13.c	-	-	-	-	(15.351.151,88)	-	(15.351.151,88)
Destinação do Lucro		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	2.093.196,01	(2.093.196,01)	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	2.028.765,47	(2.028.765,47)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		14.140.605,00	-	474.734,78	2.093.196,01	24.419.572,23	-	41.128.108,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A. ("Companhia"), empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., com sede em Divinópolis na Rua Pedro Ferreira do Amaral, nº 33 - Padre Liberio, Estado de Minas Gerais, tem como objeto social: (i) serviços de hotelaria hospitalar; (ii) prestação de serviços médicos, tais como diagnósticos, exames especializados, cirurgias, internamento hospitalar; (iii) atividades ligadas à área de saúde; e (iv) participação em sociedades empresariais ou simples. **1.2. Pandemia Coronavírus - COVID-19:** A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, os governos estaduais e municipais implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, como paralisações decorrentes do distanciamento social, decretação de quarentena, cancelamentos de eventos públicos, restrição a circulação de pessoas e fechamento de atividades não essenciais entre outras. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços. Uma vez que o processo de desaceleração ocorreu com maior intensidade a partir dos últimos 10 dias de março, não havíamos identificado nenhuma movimentação atípica nos resultados operacionais ou no fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2020. Porém, ao se analisar o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros durante do segundo trimestre de 2020 em diante, quando estavam plenamente em vigor as medidas de distanciamento social (principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram parte relevante de nossas atividades), identificamos impactos que geraram um efeito positivo nos resultados de nossas operações. No terceiro trimestre de 2020 percebemos que os mesmos movimentos continuaram acontecendo, porém com impactos significativamente menores que os verificados no segundo trimestre, uma vez que, identificamos uma crescente tendência em direção à volta da normalidade em diversas atividades médicas. Ao longo do quarto trimestre de 2020, com o ressurgimento de uma "segunda onda" de COVID-19, vivenciamos um comportamento diferente dos pacientes, que continuaram a buscar os serviços de saúde para manutenção de seus tratamentos de rotina e/ou eletivos. Com isto, não somente os gastos com exames, mas também a procura por serviços hospitalares alcançou patamares superiores à média histórica. Esta diferença de comportamento se tornou ainda mais exacerbada durante o mês de dezembro, que historicamente possui uma sazonalidade baixa, mas que excepcionalmente em 2020, representou o mês de maior frequência de internações e procedimentos por conta da convivência dos pacientes regulares com os pacientes em tratamento de COVID-19. A Administração avalia que a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.806.397,83 é suficiente para atender os compromissos financeiros já contratados, apesar de uma leve queda nas receitas de aproximadamente 10% quando comparados ao exercício anterior. A extensão em que a COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Empresa dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações de governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Empresa monitora continuamente a situação o mais próximo possível e avalia ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementa medidas que mitiguem potenciais riscos existentes. **1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** **a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (ii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão à Administração em 30 de março de 2021. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional) e estão sendo apresentados em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia. **c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Perda de recuperabilidade sobre créditos; • Teste de redução ao valor recuperável de ativos; e • Provisões para ações judiciais; **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional

normal da entidade. • Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. **b) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. O Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. O CPC 48 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Como alteração, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros, como: mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e redução ao valor recuperável de ativos financeiros e aplica novos critérios para o reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Os efeitos da transição e aplicação da norma a Companhia realizou a avaliação dos modelos com base nos critérios requeridos dos seguintes tópicos: • A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test) para a classificação de ativos financeiros. • A determinação do modelo de negócio, que representa a forma com que a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • As determinações das variáveis relacionadas às estimativas de perda dos valores recuperáveis. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa de seus ativos e passivos financeiros, sendo as principais alterações decorrentes da adoção do IFRS 9. Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: Custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Valor Justo por meio do Resultado. A Companhia reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado. Após o reconhecimento inicial a Companhia avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros. A Companhia avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, consequentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo. **c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes. **d) Perda de recuperabilidade sobre créditos:** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras. **f) Imobilizado:** Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de computação, são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisões para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação. **h) Tributos diferidos: imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes:** Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferido:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLAUCILÂNDIA/MG. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de ME, EPP ou MEI para execução de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva da Frota Municipal. Data: 30/04/2021, às 09:00 horas na Sala de Licitação da PMG. O Edital poderá ser obtido na PMG e/ou por e-mail: licitacaoglaucilandia@yahoo.com.br. Site: www.glaucilandia.mg.gov.br, fone: (38) 3236-8136.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES/MG
Assunto: Aviso de Edital. Processo nº 88/2021 - Tomada de Preços nº 08/2021, Edital nº 60/2021. Objeto: Contratação de pessoa jurídica apta a execução de reforma da Escola Municipal Professora Julia Camões Vieito. Regime de Execução: Empreitada Global. Tipo: Menor Preço Global. Recurso Próprio. Cadastramento até dia 04/05/2021 na sede da Prefeitura Municipal de Elói Mendes. Abertura no dia 07/05/2021 às 9h na Casa da Cultura. Necessário cumprimento das disposições do Decreto Municipal nº 2.680/2020. Mais informações pelo site: www.eloimendes.mg.gov.br ou pelo e-mail: licita@eloimendes.mg.gov.br. Elói Mendes, 19 de abril de 2021. Paulo Roberto Belato Carvalho - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. Fica suprimido do Objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 051/2020 de 08 de maio de 2020 - que ajustam o MUNICÍPIO DE LUZ/MG e a EMPRESAR - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, com fundamento no Processo Administrativo PRC Nº 056/2020 - CONCORRÊNCIA Nº 004/2020. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. Contratada: EMPRESAR - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: "Contratação de empresa para execução de obras e serviços para pavimentação asfáltica na Praça São José e Rua Camargos do Município de Luz/MG, no âmbito do CONTRATO DE REPASSE 887517/2019/MDR/CAIXA, conforme memorial descritivo e anexos do Edital", o valor abaixo descrito: Valor Global do Contrato: R\$ 254.301,48. Valor do Aditivo de Supressão: R\$ 5.462,92. Valor Realizado do Contrato: R\$ 248.838,56. Luz/MG, 19/03/2021. Agostinho Carlos Oliveira - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. 8º Termo Aditivo de Valor ao Contrato de Prestação de Serviço nº 051/2020 de 08 de maio de 2020 - que ajustam o MUNICÍPIO DE LUZ/MG e a EMPRESAR - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, com fundamento no Processo Administrativo PRC Nº 056/2020 - CONCORRÊNCIA Nº 004/2020. Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços para pavimentação asfáltica na Praça São José e Rua Camargos do Município de Luz/MG, no âmbito do CONTRATO DE REPASSE 887517/2019/MDR/CAIXA. Nos termos do Art. 65, Inciso I, Alíneas "a" e "b" e § 1º da Lei Federal 8.666/93. Fica acrescido o valor de R\$ 12.303,67 (Doze mil e trezentos e três reais e setenta e sete centavos). As demais cláusulas do Contrato ora aditada permanecem inalteradas. Luz/MG, 24/03/2021. Publique-se. Agostinho Carlos Oliveira - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA
COMUNICA que se encontram disponíveis no site <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/licitacoes> os seguintes procedimentos de acordo com Lei 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002: **RESULTADOS DE LICITAÇÕES: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021.** Objeto: Serviços Gráficos, Recursos: MS/SUS, Empresas Vencedoras: Dilson Paula de Moura - ME, CNPJ: 07.219.437/0001-60, Valor: R\$96.125,96; Editora Grafica Ituiutaba Ltda-ME, Valor: R\$27.449,72; Info Direct Comercial Ltda, CNPJ: 12.959.463/0001-64, Valor: R\$ 27.449,72; Thallita Rodrigues de Oliveira Mendes 0798269675, CNPJ: 40.050.757/0001-04, Valor: R\$586,00. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2021.** Objeto: Recarga de Gás, Recursos: Próprios, Empresa Vencedora: Copagaz Distribuidora de Gás S/A, CNPJ: 03.237.583/0005-90, Valor: R\$81.720,00. **INFORMAÇÕES: e-mail: licitacao@ituiutaba.mg.gov.br.** Ituiutaba-MG em 19 de abril de 2021 - Walery Soares Valadão - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA/MG
Aviso de Licitação - Edital Pregão Presencial Registro de Preços Nº 022/2021 - Processo Licitatório Nº 041/2021. DATA DA ABERTURA: 05 de maio de 2021, às 13:00horas. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação visando à aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, destinados à composição de Kits Construção ou reforma Banheiro Social, para doação, com entrega parcelada, para atendimento dos programas assistenciais desenvolvidos pela Sec. Mun. de Des. Social, Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Vitória, conforme especificações constantes do Anexo I e Anexo IA deste edital. Pregão Presencial. Tipo Menor Preço por Item. Participação exclusiva de empresas enquadradas como MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS. Informações: Tel.: (34) 3251-8531 - E-mail: comissao.pregao@santavitoria.mg.gov.br. Horário: 12:00h às 18:00h. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas devidamente constituídas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência /Licitação). Município de Santa Vitória MG, 20 de abril de 2021. Durval Marques Ferreira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA/MG
Aviso de Licitação - Edital Pregão Presencial Registro de Preços Nº 021/2021 - Processo Licitatório Nº 040/2021. DATA DA ABERTURA: 03 de maio de 2021, às 13:00horas. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação visando à aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico, destinados à composição de Kits Construção ou reforma Casa Social, para doação, com entrega parcelada, para atendimento dos programas assistenciais desenvolvidos pela Sec. Mun. de Des. Social, Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Vitória, conforme especificações constantes do Anexo I e Anexo IA deste edital. Pregão Presencial. Tipo Menor Preço por Item. Participação exclusiva de empresas enquadradas como MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS. Informações: Tel.: (34) 3251-8531 - E-mail: comissao.pregao@santavitoria.mg.gov.br. Horário: 12:00h às 18:00h. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas devidamente constituídas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência /Licitação). Município de Santa Vitória MG, 20 de abril de 2021. Durval Marques Ferreira - Pregoeiro.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO MURIAE - MG
Data do leilão: 20/04/2021 A partir das: 09:00
Local: AGENCIA DA CAIXA-RUA BARAO DO MONTE ALTO, Nº30, CENTRO, MURIAE, MG FLAVIO DUARTE CER ULL. Leiloeiro Oficial matrícula 496 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA Nº 959, RESIDENCIAL GRAMADO, PATOS DE MINAS - MG CEP: 38706-209, telefone (34)3814-2286/9 9924-8692, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX. BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreritível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda. A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma instituição Financeira escolhida pelo comprador. Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão. As vendas serão realizadas pelo maior lance. É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados. SED A01315 - CONTRATO 801330000290 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA RAUMUNDO NUNES, BRASILEIRO(A). APOSENTADO, CPF 005.163.091-53, CASADO(A) COM CIRNEA RODRIGUES NUNES, BRASILEIRO (A), DO LAR, CPF 023.263.697-42. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA, A RUA LOPO CARDOSO (RUA 04), Nº 445, LOTE Nº 13, QUADRA G, BAIRRO CARDOSO DE MELO, EM MURIAE, MG, CONTENDO SALA, 02 QUARTOS, BANHEIRO, COZINHA E VARANDA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 48,00M2, ÁREA TOTAL 250,00M2, COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITÓRIAS, PERTENCEN, ACESSÓRIOS E GARAGEM SE HOUVER. MURIAE, 26/03/2021 FLAVIO DUARTE CERULLI

MAURICIO DIOGO COSTA, CNPJ/CPF: 155.943.436-87 por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Conselho Municipal de Meio Ambiente torna público que solicitou através do processo administrativo nº. 1879/01-21 (FCE 02692/2021-03A) **autorização de terraplanagem e drenagem, no endereço: RODOVIA LMG 808, LUGAR DENOMINADO RIBEIRÃO DA ÁGUA SUJA. CONTAGEM - MG**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - SINTECT/DR/URA
Prezados Senhores(as) Associados(as) - O Senhor JANIO JOSE DE AZEVEDO, brasileiro, funcionário dos correios, casado, portador do CPF 538.761.306-97 e do RG: M-3 682478, residente, à rua Pedro Solé Rossel, 575, na cidade de Uberaba/MG, pelos poderes conferidos por abaixo assinado de acordo com o artigo 60 do código Civil, convoca todos os associados para Assembleia Geral Extraordinária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DA DIRETORIA REGIONAL DE UBERABA - SINTECT/DR/URA, a realizar-se no dia 23/04/2021, Chácara três Jolie, localizado à Rua Cario Batista Beirigo, 970, Chácara Villa Real, iniciando-se os trabalhos às 17h00min, em primeira convocação, ou, na falta de quórum, nos termos do artigo 17 do Estatuto, às 17h30min horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) da regularização na administração e representação legal do sindicato, em razão da vacância dos cargos da entidade; 2) confirmação das eleições realizadas nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2020.
Uberaba, estado de Minas Gerais, 20 de abril de 2021.
JANIO JOSE DE AZEVEDO
Nomeado pelos associados

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - SINDIELETRÓ-MG COMUNICADO RESULTADO DE ELEIÇÃO
Conforme previsto no artigo 69 do Estatuto, a Comissão Eleitoral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRÓ-MG, comunica que nas eleições para a renovação do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, com mandato para o período de 1º de junho de 2.021 a 31 de maio de 2.024, realizadas nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de abril de 2021 e apuração no dia 17 de abril de 2021, foi eleita a única Chapa inscrita para o pleito com o seguinte resultado: Chapa 1 - Energia na Luta - 2.170 (dois mil cento e setenta) votos; 18 (dezoito) votos em branco; e 30 (trinta) votos nulos, totalizando 2.218 (dois mil duzentos e dezoito) votos válidos.
Belo Horizonte, 17 de abril de 2021.
Stefanio Marques Teles
Presidente da Comissão Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório 36/21. Pregão Presencial 18/21. Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos alimentares para atender as necessidades da secretaria municipal de desenvolvimento social. Sessão dia 05/05/21 às 08:30 h. Edital disponível no site bocaiuva.mg.gov.br. Bianca Souza Rodrigues, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MG
EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 009/2021 RP009/2021
A PMCL torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina ao Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos diversos de copa e cozinha para atendimento à demanda das Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital. Data de Credenciamento/recebimento das propostas/documentação: dia 05/05/2021 às 09h:30min, no Edifício Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - 2ª Subseção, situado na Praça Barão de Queluz, nº 30, Centro, CEP 36.400-041, Conselheiro Lafaiete - MG. Esclarecimentos pelo telefone (31) 3769-2533 ou e-mail: licita.lafaiete@gmail.com. O edital poderá ser retirado no site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.
Conselheiro Lafaiete, 19/04/2021
Alisson Dias Laureano - Pregoeiro.

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021
A PMCL/MG torna público que fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço, que se destina a Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia e/ou arquitetura para execução de edifício para instalação da Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Cacheira, conforme projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital. Data de Credenciamento/recebimento das propostas/documentação: dia 10/05/2021 às 09h:30min, no Edifício Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - 2ª Subseção, situado na Praça Barão de Queluz, nº 30, Centro, CEP 36.400-041, Conselheiro Lafaiete - MG. Esclarecimentos pelo telefone (31) 3769-2533 ou e-mail: licita.lafaiete@gmail.com. O edital poderá ser retirado pelo site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.
Conselheiro Lafaiete, 19/04/2021
Alisson Dias Laureano - Presidente da CPL.

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 019/2021 RP018/2021
A PMCL torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina ao Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital. Data de Credenciamento/recebimento das propostas/documentação: dia 07/05/2021 às 09h:30min, no Edifício Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - 2ª Subseção, situado na Praça Barão de Queluz, nº 30, Centro, CEP 36.400-041, Conselheiro Lafaiete - MG. Esclarecimentos pelo telefone (31) 3769-2533 ou e-mail: licita.lafaiete@gmail.com. O edital poderá ser retirado no site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.
Conselheiro Lafaiete, 19/04/2021
Alisson Dias Laureano - Pregoeiro.

MERCANTIL DO BRASIL
CORRETORA S.A.
CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
CNPJ nº 16.683.062/0001-85 - NIRE 31300056261
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores acionistas da MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A. - CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2021, às 15 (quinze) horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Rio de Janeiro, 654, 15º andar, Bairro Centro, Belo Horizonte/MG ("Assembleia"), a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020, as quais foram integralmente publicadas no "Diário Oficial de Minas Gerais" e no "O Tempo", edições de 09/03/2021; (ii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores em 31/12/2020; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021. Belo Horizonte, 15 de abril de 2021.
Athaide Vieira dos Santos - Diretor Presidente

EDITAL - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - TRABALHADORES DA C.S.I CIA SIDERÚRGICA IRINEU LTDA - AÇÃO COLETIVA - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico, Forjaria, Fundição, Siderurgia, Fabricação Metálica, Circuitos Elétricos, Reparação de Veículos e Acessórios de Matózinhos, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Capim Branco e Funilândia, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 21.894.472/0001-05, sediada na Rua Padre Gustavo, nº 125, Centro, Matózinhos/MG, CEP: 35.720-000, vem, pelo presente edital, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições, na forma da Lei e do Estatuto Social da Entidade, CONVOCAR todos os trabalhadores assistidos na Ação Coletiva nº 0011877-55.2014.5.03.0092, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo/MG, na qual se discute as verbas devidas aos empregados dispensados, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada na sede do Sindicato, no dia 23/04/2021, às 17h00min, em primeira convocação, e, às 18h00min, em segunda convocação, para deliberar sobre os seguintes pontos: a) Venda do terreno da C.S.I. que foi adjudicado pelo Sindicato no processo, para a empresa Canaã Holding Eireli; b) Despesas custeadas pelo Sindicato; c) Honorários Advocáticos; d) Divisão dos valores entre os trabalhadores substituídos no processo e que não fizeram ação judicial individual; e) Leitura, aprovação e assinatura da Ata da Assembleia. Registra-se que o local de realização da assembleia é amplo e arejado e que todos os protocolos de distanciamento social serão adotados, evitando, assim, o risco de contaminação pelo Coronavírus. O uso de máscara de proteção facial é obrigatório. Haverá álcool em gel para higienização. Mais informações poderão ser solicitadas na sede do Sindicato ou pelo telefone: (31) 3712-1989. O presente edital segue publicado em jornal de ampla circulação na base territorial do Sindicato. Matózinhos/MG, 20 de abril de 2021. Região. Célio Batista Lopes - Presidente do Sindicato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO
Av. Acesa, nº. 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telef: (31) 3847-4718 / 3847-4701
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2021 - UASG 985373 - O Município de Timóteo, através da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da legislação vigente, Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93 e alterações, torna público que no dia 25 (vinte e cinco) de maio de 2021, às 13:00 horas, na sua sede, fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 017/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2021, que tem por objeto a aquisição de produtos alimentares para pacientes cadastrados no Programa IST/AIDS e Hepatites Virais da Secretaria Municipal de Saúde e Qualidade de Vida de Timóteo. O presente Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: <http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes>. Melhores informações pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4701 e email comprastimoteo@gmail.com. Timóteo, 19 de abril de 2021. Walcimar Pereira Dias - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 030/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica para a Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo, através do presente instrumento, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02.
REALIZAÇÃO: 04/05/2021 ÀS 09:00 HORAS
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS
Endereço: Rua Teófilo Andrade, nº66, centro, Desterro de Entre Rios MG, CEP: 35.494-000. **INFORMAÇÕES: (031) 3736-1515 OU 31- 98359-7922**
E-MAIL- compras@desterrocenterrios.mg.gov.br
SITE: www.desterrocenterrios.mg.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS
20 DE ABRIL DE 2021
Arthur Andrade Lima - Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 031/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021
OBJETO: Aquisição de uniformes para os funcionários da Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios MG, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo, através do presente instrumento, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02. **REALIZAÇÃO: 05/05/2021 ÀS 09:00 HORAS**
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS
Endereço: Rua Teófilo Andrade, nº66, centro, Desterro de Entre Rios MG, CEP: 35.494-000. **INFORMAÇÕES: (031) 3736-1515 OU 31- 98359-7922**
E-MAIL- compras@desterrocenterrios.mg.gov.br
SITE: www.desterrocenterrios.mg.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS
20 DE ABRIL DE 2021
Arthur Andrade Lima - Pregoeiro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVENTIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NANUQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO
ANA CAROLINA AKSACKI ALVES, Escrevente Substituta do Registro de Imóveis da comarca de Nanuque/MG, segundo as atribuições conferidas pelo parágrafo 4º, do art. 26 da Lei 9.514/97, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, atendendo a requerimento escrito do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bades, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.145.829/0001-00, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 54, Centro, Vitória/ES, credor da Cédula de Crédito Bancário nº 58662/1, garantida por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, firmada em 26 de setembro de 2012, registrada nesta Serventia no R-2 e aditivo na Av-3 da matrícula 7918, referente ao imóvel rural denominado Sítio Bola Sete, situado no Córrego Ribeirão das Pedras, distrito de Vila Pereira, Nanuque/MG, com saldo devedor de responsabilidade de FIRMINO MAGALHÃES LIMA, CPF: 080.190.716-01, com encargo no valor de R\$69.790,21, atualizado em 14 de abril de 2021, sujeito à atualização monetária, que fica intimado para satisfazer, no prazo legal, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação. Caso o pagamento não seja realizado diretamente ao(a) credor(a), o pagamento perante a esta Serventia situada na Rua Poços de Caldas, 16, Centro, Nanuque-MG, CEP: 39.800-000, deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário.
Na oportunidade, fica V.Sa. cientificada que o não comparecimento das referidas obrigações, no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bades, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/97.
Nanuque (MG), 14 de abril de 2021.
Ana Carolina Aksacki Alves
Escrevente Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAPA torna público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021, cujo objeto é Aquisição de Material de Expediente, agendada para o dia 07/05/2021 às 09:00h. Informações e cópia do edital completo no site www.saojosedalapa.mg.gov.br e www.bbmmlicitacoes.com.br
Bruna Marceley Ferreira - Pregoeira.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 13.844.313/0001-78
NIRE nº 3130009736-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas do BMG PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2021, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, 3º Andar, Bairro de Lourdes, CEP 30.170-001, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Assembleia"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) destinação dos resultados apurados com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) fixação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia; Os documentos relativos à Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Belo Horizonte, 20 de abril de 2021.
FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES
Diretor Presidente

O senhor Jose Goncalves Lopes, responsável pelo empreendimento denominado **MARMORARIA TREVO JNA EIRELI**, tendo como atividade principal - 23.91-5-03 - Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras, localizada na Rua Baldim, 141 - Rio Das Velhas, Santa Luzia/MG torna público que protocolizou o Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE de nº 8326/2020 para requerimento de **Licença Ambiental modalidade Licença de Operação Corretiva** à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA - de Santa Luzia.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SAE - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/21. A SAE, através de sua Diretoria e do Pregoeiro, situado na Rua 33, nº 474, Setor Sul, cidade de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, CEP - 38300-030, torna público que se acha aberto o presente Pregão Presencial, sob o nº 012/21, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 5.653/05 e nº 5.908/06. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Materiais para Envase de Copos Institucionais da SAE, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrições, especificações, quantidades e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I, do Edital. Departamento Responsável: Operação. Recurso orçamentário: 17.512.0014.2.244.3.3.90.30.00. Credenciamento: Até a data de 04/05/2021 às 09h00. Entrega dos envelopes de habilitação e de proposta devidamente assinados e lacrados: até o encerramento do Credenciamento. Abertura dos envelopes: Imediatamente após o encerramento do Credenciamento e protocolo dos envelopes recebidos. O Edital na íntegra e as informações complementares ao Pregão encontram-se à disposição dos interessados no site www.sae.com.br, ou na sala onde se encontra o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, na Rua 33 nº 474 - Setor Sul, Ituiutaba-MG, CEP 38300-030. Fones: (34)3268-0401 / (34)3268-0404. Ituiutaba-MG, 08 de abril de 2021. João Alberto Franco Martins. Pregoeiro da SAE.

UBY AGROQUÍMICA S.A.
Companhia Fechada - CNPJ nº 21.320.221/0001-17 - NIRE 31300125050
Ata da Assembleia Geral Ordinária em 30/03/2021
1. **Data, Horário e Local:** Em 30/03/2021, às 11h00, na sede social da Uby Agroquímica S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Uberaba/MG, na Rua Arnaldo Afonso Melo, nº 101, Galpão 01, Distrito Industrial II, CEP 38064-720. 2. **Presença:** Presente a totalidade das acionistas da Companhia, conforme assinaaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, bem como o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., Bruno Costa Oliveira. 3. **Convocação:** Realizada nos termos do Acordo de Sócios arquivado na sede da Companhia, sendo a publicação do Edital de Convocação dispensada em razão da presença da totalidade das acionistas, conforme dispõe o parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram publicadas nos termos do art. 133, §3º da Lei nº 6.404/76, no jornal "O Tempo", na página 19, e no jornal "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais", na página 33, nas edições do dia 30/03/2021. 4. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Olce Simões Correia e secretários pelo Sr. Fabrício Fonseca Simões. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Aprovar a destinação dos resultados auferidos no exercício encerrado em 31/12/2020; e (iii) Ratificar a destinação de valores constantes do saldo da reserva de lucros da Companhia em 31/12/2019 para formação da reserva de incentivos fiscais, conforme deliberação consignada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/11/2020. 6. **Deliberações:** Após a análise das matérias objeto da ordem do dia e dos documentos pertinentes às matérias, as acionistas, decidiram, por mútuo e comum acordo, sem qualquer ressalva, o quanto segue: (i) Após a apresentação e submissão à discussão dos documentos referidos no artigo 133, §3º da Lei nº 6.404/76, postos à disposição das acionistas no prazo legal, e feitos os esclarecimentos sobre tais documentos pelo Diretor Presidente e pelo representante da auditoria independente, as acionistas decidiram aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, bem como o parecer elaborado pelos auditores independentes da Companhia; (ii) Em seguida as acionistas aprovaram a destinação do lucro auferido no exercício social findo em 31/12/2020, de R\$ 41.586.805,12, da seguinte forma: (a) ratificação da proposta do pagamento de R\$ 8.000.000,00 a título de dividendos; (b) destinação do montante de R\$ 2.079.340,26 para a reserva legal da Companhia; (c) destinação do montante de R\$ 14.205.455,24 para a reserva de incentivos fiscais da Companhia; e (d) destinação do montante R\$ 17.302.009,62 para a reserva de lucros acumulados da Companhia; (iii) Por fim, ratificar a destinação de valores constantes do saldo da reserva de lucros da Companhia em 31/12/2019 para formação da reserva de incentivos fiscais, conforme deliberação consignada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/11/2020, *ad referendum* desta Assembleia Geral Ordinária. 7. **Autorização:** Ficam os membros da administração da Companhia autorizados e incumbidos de tomar todas as medidas e providências necessárias para a execução e implementação das deliberações acima. 8. **Argumento e Publicações:** Por fim, as acionistas deliberaram o arquivamento desta ata perante o Registro de Empresas (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais) e que os livros societários fossem transcritos e as publicações legais fossem feitas. 9. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todas as acionistas presentes: **Acionistas: Silvestre & Silva Holding Ltda.**, neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelo Sr. Lécio Silva; e **F&S Holding Ltda.**, neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelo Sr. Olce Simões Correia. **Mesa: Presidente - Olce Simões Correia; Secretário: Fabrício Fonseca Simões. Uberaba/MG, 30/03/2021. Mesa: Olce Simões Correia - Presidente, Fabrício Fonseca Simões - Secretário. Acionistas: F&S Holding Ltda. - Olce Simões Correia, Silvestre & Silva Holding Ltda. - Lécio Silva. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certificado registro sob o nº 8479920 em 16/04/2021. Protocolo 213517736 - 14/04/2021. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO - Processo Licitatório n.º 002/2021, Modalidade: Tomada de Preços n.º 001/2021. Objeto: execução de obras de construção de um vestiário da Quadra Poliesportiva da Rua do Areão, Bairro Rio Grande, Município de Diamantina (MG). Fonte de recursos: Convênio nº 1481000453/2020. A Prefeitura Municipal de Diamantina comunica aos interessados que, na sessão pública de habilitação realizada em 19/04/2021, a Comissão Permanente de Licitação declarou inabilitada a empresa Triunfo Pre Moldados e Construtora Eireli, única interessada a participar do certame. Intimado em sessão o representante do prazo de 08 dias úteis para apresentação de nova documentação, nos termos do § 3º do artigo 48 da Lei 8.666/93. Diamantina, 19 de abril de 2021. Carlos Augusto Meira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO METABASE/BH
Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos de Belo Horizonte, Nova Lima, Itabirito, Sabará, Santa Luzia, Rio Acima e Raposos/MG - METABASE/BH convoca todos os empregados da empresa ENERGOOLD PERFURAÇÕES LTDA., a participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no escritório da empresa, situado à Rua Otávio, nº 422, bairro Jardim Canadá, município de Nova Lima/MG, dia 26 de abril de 2021, às 09 horas em primeira convocação, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: a) Aprovação ou não da proposta apresentada pela empresa visando à celebração do Acordo Coletivo de trabalho 2021; b) Demais assuntos relacionados à temática do item anterior. Não havendo número legal de trabalhadores em primeira convocação, a assembleia será realizada em segunda convocação trinta minutos após o início, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes. Serão tomadas todas as providências necessárias para atender as recomendações dos órgãos de saúde, para evitar a propagação da COVID-19, tais como, distanciamento entre os trabalhadores, uso de álcool gel e uso obrigatório de máscaras.
Belo Horizonte, 19 de Abril de 2021.
Sebastião Alves de Oliveira - Presidente do Metabase/BH.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO
Av. Acesa, nº. 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020 - O Município de Timóteo, através da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da legislação vigente, Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações, torna público que, no dia 19 de maio de 2021, às 13:30 horas, na sua sede, fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública nº 001/2020, Processo Administrativo nº 284/2020, cujo objeto é a alienação de imóvel com as seguintes características: 01(um) apartamento residencial com cobertura no Lote nº 0280, da Quadra 03, setor 13, localizado à Rua 95, nº 315, apartamento 401, Bairro João XXIII, Timóteo/MG, medindo 212,36m² de área privativa, sendo 187,36m² de área útil, 25,00 m² de área de duas vagas de garagem e 26,09 m² de área integrante do patrimônio público municipal devidamente autorizada pela Lei 3.757, de 07 de outubro de 2020. O presente EDITAL e seus anexos. O presente EDITAL e seus anexos estarão à disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: <http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes>. Melhores informações pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4701. Timóteo, 19 de abril de 2021. Jamilton Gomes Figueiredo - Presidente.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFENAS- MG. Extrato de Ratificação: Processo: 96/2021 - Dispensa de Licitação: 31/2021. Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Saúde, a situação de urgência/emergência capaz de caracterizar e justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Considerando a necessidade em manter as atividades institucionais a cargo da Administração Pública Municipal e evitar agravamento no estado de saúde do paciente. Considerando a disponibilidade de recurso orçamentários e financeiros previsto na LDO e PPA, Fichas 169/172/2021, nos termos descritos na solicitação de material/serviço nº 45/2021 em anexo. RATIFICO a execução indireta de serviços por dispensa de licitação por Ordem Judicial, Execução indireta de serviço de correção torácica Pectrus com fornecimento de material necessário para atender ao paciente Yuri Rodrigues Navarro, sob recomendação do Ministério Público, Ofício 009/2021/PGJ 3/Alfenas, expedida pelo Promotor de Justiça Dr. Marcelo Fernandes dos Santos., conforme objeto definido na solicitação de Material/Serviço nº57/2021, constantes dos autos, a ser executado pela empresa: DENUO MEDIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.E715.053/000140; ZANAGA SAWAYA SAUDE MEDICA LTDA, CNPJ: 31.420.773/001-50 e CLINICA SÃO LUCAS, inscrita no CNPJ: 43.254.267/0001-18, indicadas como apropriadas e suficientes à plena satisfação do objeto. Alfenas 19 de abril de 2021 (a) Deyv Cabral de Assis. Secretária Municipal de Saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFENAS- MG. Extrato de Ratificação: Processo: 106/2021 - Dispensa de Licitação: 34/2021. Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Saúde, a situação de urgência/emergência capaz de caracterizar e justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Considerando a necessidade em manter as atividades institucionais a cargo da Administração Pública Municipal e evitar agravamento no estado de saúde do Município. Considerando a disponibilidade de recurso orçamentários e financeiros previsto na LDO e PPA, Ficha 17/2021, nos termos descritos na solicitação de material/serviço nº 57/2021 em anexo. RATIFICO a execução indireta de serviços por dispensa de licitação Emergencial, Execução indireta de serviço de locação de ambulância UTI móvel, para realizar transferência de parentes entre os hospitais de referência de COVID-19, no Município de Alfenas e região (Hospital Santa Casa de Alfenas e Hospital Universitário Alzira, Velano), durante o período de pandemia pelo Coronavírus Alzira-19, conforme objeto definido na solicitação de Material/Serviço nº57/2021, constantes dos autos, a ser executado pela empresa: MASTER REMOÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.480.536/0001-24, indicada como apropriada e suficiente à plena satisfação do objeto. Alfenas 19 de abril de 2021 (a) Deyv Cabral de Assis. Secretária Municipal de Saúde.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SAE - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA - MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021. A SAE, através de sua Diretoria e do Pregoeiro, situado na Rua 33, nº 474, Setor Sul, cidade de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, CEP - 38300-030, torna público que se acha aberto o presente Pregão Presencial, sob o nº 013/2021, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 5.653/05 e nº 5.908/06. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITEX) para os servidores plantonistas e em serviços emergenciais da SAE, para o período de 12 (doze) meses, conforme descrições, especificações, quantidades e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I, do Edital. Departamento Responsável: Manutenção. Recursos orçamentários: 17.512.0014.2.242.3.3.90.39.00 e 17.512.0014.2.243.3.3.90.39.00. Credenciamento: Até a data de 05/05/2021 às 09h00. Entrega dos envelopes de habilitação e de proposta devidamente assinados e lacrados: até o encerramento do Credenciamento. Abertura dos envelopes: Imediatamente após o encerramento do Credenciamento e protocolo dos envelopes recebidos. O Edital na íntegra e as informações complementares ao Pregão encontram-se à disposição dos interessados no site www.sae.com.br, ou na sala onde se encontra o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, na Rua 33 nº 474 - Setor Sul, Ituiutaba-MG, CEP 38300-030. Fones: (34)3268-0401 / (34)3268-0404. Ituiutaba-MG, 08 de abril de 2021. João Alberto Franco Martins. Pregoeiro da SAE.

COMUNICADO PÚBLICO
A CLARO SA. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários das localidades de Igarapé e São João del Rei - MG no dia 17/04/2021, a partir das 15h06 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 17h15 (horário de Brasília).

COMUNICADO
A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTE PARA RETIFICAÇÃO DE ÁREA
JOÃO MARQUES DE VASCONCELLOS, Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Contagem, estado de Minas Gerais, faz saber a **MANOEL CARLOS DE SOUZA**, carteira de identidade M 1.798.009-MG, cadastrado no CPF sob nº 402.017.916-68 e eventuais ocupantes de seu imóvel situado no lugar denominado Gaforina GLEBA 15, registrado sob matrícula nº 69.749, Livro nº 2 desta Serventia, que foi apresentado, a este Registro de Imóveis, procedimento de retificação de área do imóvel objeto da matrícula n.º 63.627 - Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Contagem - MG, situado na bifurcação das Ruas Maria Augusta Belém e Rua Gaforina, imóvel do qual o supracitado senhor figura como confrontante. Eventual impugnação deverá ser apresentada neste Registro, localizado na R. Joaquim Camargos, 110 - Centro, Contagem - MG, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste edital, findo o qual, não havendo impugnação, será efetuada a averbação, na forma da lei.

Sr. Nivaldo Barbosa Chaves Da Silva - CTPS 0772971 - série 04639 - MG Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos o Sr. Nivaldo Barbosa Chaves Da Silva, portador da CTPS 0772971 - série 04639/MG, a comparecer em nosso escritório, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 03/03/2021, dentro do prazo de 48 hs a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos do art. 482 da CLT.
Contagem,
Rua Antônia Prates, nº 49 B.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFENAS- MG. Extrato de Ratificação: Processo: 97/2021 - Dispensa de Licitação: 32/2021. Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Saúde, a situação de urgência/emergência capaz de caracterizar e justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Considerando a necessidade em manter as atividades institucionais a cargo da Administração Pública Municipal e evitar agravamento no estado de saúde do paciente. Considerando a disponibilidade de recurso orçamentários e financeiros previsto na LDO e PPA, Ficha 172/2021, nos termos descritos na solicitação de material/serviço nº 44/2021 em anexo. RATIFICO a execução indireta de serviços por dispensa de licitação por ordem judicial. Serviço de colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica (CPRE) para atender o paciente Rafael Moreira, que será realizada na Santa Casa de Alfenas, sob ordem Judicial, nº 5000636.58.2021.8.13.0016 expedida pela Sr. Dra Juíza de Direito Andréia Lopes Freitas, conforme objeto definido na solicitação de Material/Serviço nº44/2021, constantes dos autos, a ser executado pela empresa: CASA DE CARIDADE DE ALFENAS NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO, inscrita no CNPJ sob o nº 16.650.756/0001-16, indicada como apropriada e suficiente à plena satisfação do objeto. Alfenas 13 de abril de 2021 (a) Deyv Cabral de Assis. Secretária Municipal de Saúde.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA CAMPONESA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - COOPERANA EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Diretor Presidente da Cooperativa da Agricultura Camponesa da Região Metropolitana de Belo Horizonte - COOPERANA, CNPJ 38.241.475/0001-42, em cumprimento com as disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Única a realizar-se em: 06 de maio de 2021, às 08:00 horas em 1ª convocação, às 09:00 horas em 2ª convocação ou às 10:00 horas em 3ª convocação, na Área Comunitária do Assentamento Ho Chi Minh, localizado na Estrada Olímpio Naves, Zona Rural de Nova União, Minas Gerais, com os seguintes assuntos: 01) Balanço das Atividades e Aprovação das Contas do Exercício Social de 2020; 02) Parecer Fiscal de 2020; 03) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas de 2020; 04) Planejamento para o exercício de 2021; 05) Admissão/eliminação de cooperados; 5. Assuntos gerais. Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados da cooperativa, nesta data, são de 40 (quarenta) associados. Nova União - MG, 15 de abril de 2021.
FABIO RAMOS NUNES
DIRETOR PRESIDENTE - COOPERANA

Convocação Assembleia Extraordinária A Diretoria da Associação dos Moradores do Condomínio Residencial MAE TERRA, através de seu Diretor Presidente, CONVOCA os condôminos associados para se reunirem em Assembleia Extraordinária. Devido a classificação de "onda roxa" em nossa macrorregião, a Assembleia realizar-se-á pela plataforma GOOGLE MEET no dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2021 (dois mil e vinte e um), às 9h00, em primeira chamada e 9h30 com qualquer número de associados presentes Para acessar a plataforma, será enviado o link no grupo de "whatsapp" do condomínio para que os todos possam ingressar na reunião, para então deliberar sobre os seguintes assuntos:
1- ELEIÇÃO PARA DIRETORIA
2- ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
3- APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO
4- DEMAIS ASSUNTOS
Piedade do Paraopeba, 15 de Abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA/MG. REPUBLICA o Pregão Presencial nº 042/2021. Objeto: Prestação de serviços terceirizados de mão de obra em geral com equipamentos, e serviços de engenharia (Acompanhamento e elaboração de projetos) para atendimento a Sec. Mun. de Obras Públicas do Município - SRP. Abertura: Dia 04/05/2021 às 08:30hs. Informações, site: www.pmcapelinha.mg.gov.br. Tel.: (33) 3516-1348. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO. O MUNICÍPIO DE CLARAVA/MG, CNPJ Nº 17.894.056/0001-30, TORNA PÚBLICO que realizará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021 para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 (Uma) máquina retroscavadeira ano de fabricação 2020/2021 zero, para atender a Secretaria de Desenvolvimento Rural Agricultura e Meio Ambiente. Os envelopes contendo "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO" deverão ser protocolados no Dep. de Licitação até às 09h00m do dia 03/05/2021 (Segunda-feira), quando a Pregoeira designada dará início aos trabalhos, regendo-se o presente Certame pelas normas das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02. Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 004/09 e 006/13 e demais legislações aplicáveis à espécie. O Edital pode ser retirado: No Dep. de Licitação ou por meio do site: www.clarava.mg.gov.br. Informações pelo telefone: (34) 3353-5200. Flávia Peixoto Cintra Faleiros - Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO. O MUNICÍPIO DE CLARAVA/MG, CNPJ Nº 17.894.056/0001-30, TORNA PÚBLICO que realizará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FILTROS E MATERIAL DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS EM GERAL, COM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. Os envelopes contendo "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO" deverão ser protocolados no Dep. de Licitação até às 13h00m do dia 03/05/2021 (Segunda-feira), quando a Pregoeira designada dará início aos trabalhos, regendo-se o presente Certame pelas normas das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02. Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 004/09 e 006/13 e demais legislações aplicáveis à espécie. O Edital pode ser retirado: No Dep. de Licitação ou por meio do site: www.clarava.mg.gov.br. Informações pelo telefone: (34) 3353-5200. Flávia Peixoto Cintra Faleiros - Pregoeira.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTE PARA RETIFICAÇÃO DE ÁREA
JOÃO MARQUES DE VASCONCELLOS, Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Contagem, estado de Minas Gerais, faz saber a **CARLOS EDMUNDO LINS**, carteira de identidade OAB MG 35.529, cadastrado no CPF sob nº 006.521.216-91, com endereço à Rua Ubá nº 500/1302, Bairro Floresta, Belo Horizonte, MG, proprietário do imóvel confrontante, GLEBA 18, registrado sob matrícula nº 69.011, Livro nº 2 desta Serventia, que foi apresentado, a este Registro de Imóveis, procedimento de retificação de área do imóvel objeto da matrícula n.º 63.627 - Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Contagem - MG, situado na bifurcação das Ruas Maria Augusta Belém e Rua Gaforina, imóvel do qual o supracitado senhor figura como confrontante. Eventual impugnação deverá ser apresentada neste Registro, localizado na R. Joaquim Camargos, 110 - Centro, Contagem - MG, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste edital, findo o qual, não havendo impugnação, será efetuada a averbação, na forma da lei.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 31/2021. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuos de refeições e lanches, na forma administrada, dentro das instalações do Centro Socioeducativo de Sete Lagoas, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a adolescentes acatueles e servidores públicos a serviço na unidade socioeducativa em epígrafe. Abertura dia 05/05/2021, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 19 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ/MG
ERRATA 01 da Tomada de Preços nº 003/2021. Contratação de empresa especializada para realocação de passarela metálica da Av. Profª Ivone de Barros Martins, Bairro Boa Vista, para a Rua Antônio Braga Filho, 687, de frente com a Av. José Theófilo, Bairro Varginha, no Município de Itajubá/MG, para atender a Secretaria Municipal de Obras - SEMOB. Altera-se o edital: item 4.b - Visita Técnica. Ficam Mantidos: Local, data e horários descritos em edital. A presente errata e o modelo da declaração se encontram no www.itajuba.mg.gov.br - Telefone: (35) 99898-6949. Itajubá, 16/04/2021. Fernando Porfírio da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ/MG
Pregão Presencial nº 035/2021. Registro de preços para aquisição de hortifruti para atender a merenda escolar - SEMED. A abertura das propostas será realizada na sede do Município de Itajubá, à Av. Dr. Jerson Dias, nº 500 - Estiva - Itajubá/MG, no dia 10/05/2021 às 13 horas. Edital na íntegra - www.itajuba.mg.gov.br - E-mail licitaitajuba@gmail.com - Telefone: 99898-6949. Itajubá, 16/04/2021. Rita de Cássia e Souza - Portaria 721/2020.

LEILÃO DE IMÓVEIS Somente online. 26/04/2021 14h00

ÁREA RURAL EM CAETÉ/MG
FAZENDA GERIZA
ÁREA: 1.416,8971ha | CASA SEDE, 4 CASAS DE COLONOS, ESCRITÓRIO, BARRACÃO E CURRAL.

LANCE MÍNIMO: R\$ 7.207.000,00
Consulte condições de pagamento: até 48 parcelas* (vide edital)

Informações: **Vicente Paulo Albuquerque** (11) 3093 5252. www.leilaovip.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
O Município de São José da Lapa torna público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021, cujo objeto Aquisição de medicamentos com data marcada para o dia 06/05/2021 às 9:00hrs. Informações, anexos e cópia do edital completo no site www.saojosedalapa.mg.gov.br
Márcia dos Reis Matos - Pregoeira

Leia e assine otempo.com.br

Grande BH 2101-3838
Demais localidades 0800 703 4001

AVISO DE GREVE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL EM MINAS GERAIS
O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG, considerando o impasse nas negociações com a Administração sobre retomada do pagamento da GAE/VPNI aos Oficiais de Justiça Avaliadores vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e em razão da deliberação da categoria na Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2021, em observância ao artigo 13 da Lei 7.783, de 1989, AVISA a comunidade que os servidores entrarão em GREVE A PARTIR DO DIA 23 DE ABRIL DE 2021, mediante a paralisação coletiva do serviço de cumprimento de mandados judiciais, exceto os inadiáveis que acarretem perecimento de direito.
Belo Horizonte, 19 de abril de 2021.
Isaac Raymundo Lima
Lourivaldo Antônio Duarte
Paulo José da Silva
Coordenadores Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SEEB/BH, entidade sindical de primeiro grau, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.218.165/0001-37, Registro Sindical nº 003 - Pág. 014, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ramon Silva Peres, democraticamente eleito no último pleito, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto da Entidade, convoca todos os associados e associadas com direito a voto para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se a partir das 08h00 do dia 27 de abril de 2021 até as 20h00 do dia 28 de abril de 2021, cuja pauta específica versará sobre a aprovação ou reprovação das alterações no estatuto do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região - SEEB-BH e Região, na forma do Art. 59, II do Código Civil. O Sindicato faz saber, ainda, que devido à pandemia da COVID-19 e as orientações emanadas pelo Estado, pelo Município e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para evitar aglomerações, manter o distanciamento e o isolamento social, bem como os ditames das Leis 14.010/2020 e 14.030/2020, a assembleia e deliberação se darão através de plataforma eletrônica remota/virtual denominada (VOTA BEM), cujas instruções e demais orientações necessárias para o acesso e a deliberação se encontram em sua página eletrônica: www.bancariosbh.org.br. Belo Horizonte, 20 de abril de 2021. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região - Ramon Silva Peres - Presidente

ASER - Associação dos Servidores da VFCO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Nos termos do artigo 21 do Estatuto, convocamos todos os associados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, na modalidade virtual, conforme a Lei 14.010 de 10 de junho de 2020 a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas em 1ª convocação e às 10:30 horas em 2ª e última convocação do mesmo dia, com a seguinte pauta de assuntos: a) Apresentação, para aprovação, da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada no dia 19 de Abril de 2021 que aprovou o Relatório da Diretoria e das Contas do exercício de 2020, e Balançetes até 28/02/2021; b) Eleição para o biênio 2021/2023 da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. As inscrições de candidatos ou chapas serão, nos termos do artigo 44 e 45 do Estatuto, encerradas cinco dias antes da data da eleição. Belo Horizonte, 19 de abril de 2021.
(a) **NEWTON CAMARGOS BARRETO - Presidente**

SICOOB
Centro-Oeste
EDITAL DE CONVOCAÇÃO/ADIAMENTO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA/DIGITAL COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAÚNA E REGIÃO LTDA - SICOOB CENTRO-OESTE
CNPJ Nº 66.463.407/0001-63 NIRE Nº 314.000.648-6

Prezado Cooperado,
O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaúna e Região Ltda - SICOOB CENTRO-OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, informa que, em razão dos decretos oficiais dos órgãos executivos e de saúde pública Estadual e Municipal, o Município de Itaúna no estado de "ONDA ROXA", e seguindo estritamente as orientações pela não realização NESTE MOMENTO de reuniões ou eventos que possam gerar aglomeração de pessoas, como medida de prevenção à infecção pelo COVID-19 (Coronavírus) e sua disseminação, por responsabilidade social e buscando manter os valores éticos do cooperativismo, a Assembleia Geral Ordinária presencial, convocada anteriormente no "Jornal O Tempo" de 03/03/2021, na página 15, edição nº 8845 para sua realização no dia 05/04/2021, não foi possível sua realização nesta data pelos motivos acima citados. A AGO foi adiada e novo edital de adiamento foi publicado no jornal O Tempo do dia 31/03/2021, na página 20, edição nº 8873, bem como disponibilizado no site da cooperativa e aos cooperados através de comunicados afixados nas suas dependências físicas e plataformas digitais, para ser realizada no dia 26/04/2021. Considerando que, através de novos decretos a cidade continua na ONDA ROXA, a AGO não se realizará na data acima, ficando novamente ADIADA sua realização para o dia 30 de abril de 2021, de forma digital, com transmissão a partir do Centro Administrativo do Sicoob Centro-Oeste, situado à Avenida Jove Soares, nº 1393, 2º pavimento, Centro, cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais. A Assembleia Geral ocorrerá por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar, ou por meio de boletim de voto a distância. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <http://www.sicoobcentrooeste.com.br>. Sendo assim, o Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaúna e Região Ltda SICOOB CENTRO-OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são em número 14.854 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e quatro) de associados, em condições de votar para a Assembleia Geral Ordinária Digital, em primeira convocação às 17h00, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos associados. Caso não haja número legal para a instalação, ficam desde já convocados para a segunda convocação, às 18h00, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total dos associados. Persistindo a falta de "quórum legal", a Assembleia realizar-se-á então, no mesmo dia e local, em terceira e última convocação, às 19h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:
a) Leitura para discussão e julgamento do relatório do Conselho de Administração, parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral, Demonstração dos Resultados e demais contas do exercício encerrado em 2020;
b) Destinação dos resultados do exercício 2020;
c) Apresentação do Orçamento 2021;
d) Uso e aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES;
e) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal para o mandato 2021-2023;
f) Deliberar valor global dos honorários, cédulas de presenças, gratificações para os Conselhos de Administração e Fiscal, bem como, previdência privada para Diretores e presidente do Conselho de Administração.
g) Assuntos de interesse geral da sociedade, sem caráter deliberativo.
Itaúna-MG, 20 de abril de 2021.

MÁRCIO OLÍVIO VILLEFORT PEREIRA
Presidente do Conselho de Administração do SICOOB CENTRO-OESTE

1. Os prazos e atos já realizados relativos ao processo eleitoral permanecem inalterados.
2. A inscrição de chapas para eleição dos membros do Conselho Fiscal foi realizada até às 16h00, do dia 10 de março de 2021. Houve a inscrição de apenas 1 (uma) chapa para o Conselho Fiscal, divulgada conforme previsto no Regulamento Eleitoral.

O TEMPO é o jornal mineiro com maior adequação para publicidade legal e financeira (atas, balanços e editais):

- É o quality paper mais vendido do Estado
- Acesso gratuito às veiculações no portal O Tempo
- Amplo conteúdo editorial de economia e negócios
- Melhor custo por mil
- Veículo multiplataforma

Garantia de visibilidade e credibilidade atendendo ao Princípio da Publicidade e Transparência dos atos públicos normativos e administrativos, conferindo a segurança necessária aos brasileiros, sobretudo aos licitantes.

Conheça as condições e **ANUNCIE** (31) 2101-3500



Publicidade Legal - 20 de abril de 2021 pdf

Código do documento f67e8e8e-17ef-4d8c-8eff-c0ca6a2f92e0



Assinaturas



Poliana Helena de Souza Queiros Araújo
poliana.helena@otempo.com.br
Assinou

Poliana Helena de Souza Queiros Araújo

Eventos do documento

20 Apr 2021, 10:52:06

Documento número f67e8e8e-17ef-4d8c-8eff-c0ca6a2f92e0 **criado** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (Conta 21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email :poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2021-04-20T10:52:06-03:00

20 Apr 2021, 10:52:52

Lista de assinatura **iniciada** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (Conta 21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2021-04-20T10:52:52-03:00

20 Apr 2021, 10:53:09

POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO **Assinou** (Conta 21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b) - Email: poliana.helena@otempo.com.br - IP: 189.87.115.27 (189.87.115.27 porta: 64442) - Documento de identificação informado: 089.460.976-98 - DATE_ATOM: 2021-04-20T10:53:09-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9b13359b72b319d5100fa6d5b5726a967393fe08552900a0be6cd6d0f2ff3997

(SHA512):f5747b01b5c803e2a55769547db5d08cd8bb3bc8cb1b2fa915a57a247cbdb5d2b17f81b57786c7d28d0e2b0db94f54525181e05dbb0f29c0d7f753abd688a102

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign